

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	251
Preferenciais	2.081
Total	2.332

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	54.535.355	55.044.747
1.01	Ativo Circulante	4.200.158	4.775.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	477.986	826.902
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	9.320	17.969
1.01.01.02	Aplicações financeiras	468.666	808.933
1.01.03	Contas a Receber	2.262.624	2.286.636
1.01.03.01	Clientes	2.262.624	2.286.636
1.01.04	Estoques	31.763	31.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	885.321	1.130.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	885.321	1.130.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	54.722	37.705
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	487.742	461.640
1.01.08.03	Outros	487.742	461.640
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	206.745	190.333
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	885	674
1.01.08.03.04	Dividendos e JSCP	204.210	172.679
1.01.08.03.05	Outros Ativos - cp	75.902	97.954
1.02	Ativo Não Circulante	50.335.197	50.269.267
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.812.570	3.766.469
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	16.129	18.290
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	47.957	37.068
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.306	1.592
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	29.600	16.862
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	17.051	18.614
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.748.484	3.711.111
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.026.088	2.815.964
1.02.01.09.04	Operações com derivativos - lp	55.111	35.142
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar - lp	572.404	787.852
1.02.01.09.07	Outros ativos - lp	94.881	72.153
1.02.02	Investimentos	20.625.939	20.245.883
1.02.02.01	Participações Societárias	20.625.939	20.245.883
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.274.424	9.884.647
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	118.958	116.801
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.232.557	10.244.435
1.02.03	Imobilizado	9.715.467	9.691.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.068.267	9.105.857
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	647.200	585.660
1.02.04	Intangível	16.181.221	16.565.398

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	54.535.355	55.044.747
2.01	Passivo Circulante	5.624.519	6.398.178
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	206.615	244.438
2.01.01.01	Obrigações Sociais	121.274	95.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	85.341	149.216
2.01.02	Fornecedores	2.051.214	2.396.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.050.955	2.396.636
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	259	351
2.01.03	Obrigações Fiscais	508.193	700.187
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72.060	107.123
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	431.717	588.631
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.416	4.433
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	536.995	979.523
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	418.725	510.899
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	412.492	505.083
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.233	5.816
2.01.04.02	Debêntures	118.270	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	2.014.731	1.789.906
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.124	138.900
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100.124	138.900
2.01.05.02	Outros	1.914.607	1.651.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.293.505	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	10.869	10.960
2.01.05.02.05	Receita diferida	74.367	84.956
2.01.05.02.06	Outras obrigações	189.728	235.708
2.01.05.02.07	Grupamentos de frações de ações	346.138	346.396
2.01.06	Provisões	306.771	287.137
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	306.771	287.137
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	268.129	248.495
2.02	Passivo Não Circulante	5.513.401	5.320.852
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.900.257	2.065.590
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.102.515	1.277.783
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	783.379	987.367
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	319.136	290.416
2.02.01.02	Debêntures	797.742	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	74.932	90.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.510	5.119
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.510	5.119
2.02.02.02	Outros	70.422	85.592
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	7.459	13.382
2.02.02.02.04	Impostos taxas e contribuições	31.224	32.390
2.02.02.02.05	Outras obrigações	31.739	39.820
2.02.03	Tributos Diferidos	989.257	788.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	989.257	788.954
2.02.04	Provisões	2.502.916	2.336.981

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.502.916	2.336.981
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.268.679	1.146.930
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	422.091	386.844
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	301.720	291.178
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	254.835	242.328
2.02.04.01.05	Passivo contingente	242.122	256.044
2.02.04.01.06	Provisões para desmantelamento	13.469	13.657
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	46.039	38.616
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	46.039	38.616
2.02.06.02.01	Receita diferida - Lp	46.039	38.616
2.03	Patrimônio Líquido	43.397.435	43.325.717
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-79.339
2.03.02.07	Prêmio na aquisição de participações de não controladores	-70.448	-29.929
2.03.02.08	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.105.905	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-351	7.520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.181.644	6.445.441	3.762.242	7.451.889
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.690.109	-3.713.895	-2.178.591	-4.307.519
3.03	Resultado Bruto	1.491.535	2.731.546	1.583.651	3.144.370
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-235.390	-448.998	-173.633	-1.061.646
3.04.01	Despesas com Vendas	-767.580	-1.597.374	-746.425	-1.482.032
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-175.960	-375.536	-141.117	-278.337
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	84.898	149.873	174.499	283.785
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-168.875	-246.552	-128.853	-203.714
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	792.127	1.620.591	668.263	618.652
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.256.145	2.282.548	1.410.018	2.082.724
3.06	Resultado Financeiro	-12.234	-47.482	-13.657	-10.997
3.06.01	Receitas Financeiras	143.979	299.540	128.577	224.959
3.06.02	Despesas Financeiras	-156.213	-347.022	-142.234	-235.956
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.243.911	2.235.066	1.396.361	2.071.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-157.796	-191.501	-252.397	-509.426
3.08.01	Corrente	-12.930	0	-270.196	-500.193
3.08.02	Diferido	-144.866	-191.501	17.799	-9.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.086.115	2.043.565	1.143.964	1.562.301
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.086.115	2.043.565	1.143.964	1.562.301
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,90700	1,70610	1,24600	2,01790
3.99.01.02	PN	0,99770	1,87670	1,36670	2,21960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,90700	1,70610	1,24600	2,01790
3.99.02.02	PN	0,99770	1,87670	1,36670	2,21960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	1.086.115	2.043.565	1.143.964	1.562.301
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.613	-7.871	-4.249	2.286
4.02.01	Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda, líquido de impostos	-5.392	-7.561	-2.898	1.374
4.02.03	Ajuste acumulado de conversão de operações em moeda estrangeira	2.399	2.541	-1.351	912
4.02.04	Participação no resultado abrangente das subsidiárias	-4.620	-2.851	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.078.502	2.035.694	1.139.715	1.564.587

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.860.597	1.670.255
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.340.194	2.500.678
6.01.01.01	Lucros antes dos impostos	2.235.066	2.071.727
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.306.276	952.080
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	3.285	-45.478
6.01.01.04	Variações monetárias	16.603	-29.868
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-1.620.591	-618.654
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	7.447	-75.317
6.01.01.07	Provisão para redução ao valor recuperável	145.434	153.005
6.01.01.08	Pensão e eoutos beneficios pós-emprego	-3.617	9.269
6.01.01.09	Provisões tributarias, trabalhistas e civeis	123.525	4.112
6.01.01.10	Despesas de juros	121.621	82.096
6.01.01.11	Provisão para desimobilização	-188	-453
6.01.01.13	Outros	5.333	-1.841
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-479.597	-830.423
6.01.02.01	Contas a receber de clientes liquidos	-121.422	-237.092
6.01.02.02	Estoques	73	-182
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	228.765	-7.700
6.01.02.04	Outros Ativos não circulantes	44.243	-200.616
6.01.02.05	Pessoal, encargos e beneficios	-37.823	-16.400
6.01.02.06	Contas a pagar e despesas provisionadas	-189.703	129.714
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-190.177	44.760
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-95.601	-99.571
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	15.098	25.608
6.01.02.10	Juros pagos	-123.567	-80.229
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.483	-388.715
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	81.462	-1.062.029
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intagivel liquido de doações	-1.129.337	-1.173.602
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	3.248	111.573
6.02.04	Caixa recebido na venda de investimento	7.551	0
6.02.05	Dividendo e juros sobre o capital proprio recebidos	1.200.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.290.975	-1.031.692
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-637.737	-206.410
6.03.02	Captações de empréstimos e debêntures	0	698.470
6.03.03	Pagamento liquido dos contratos de derivativos	-3.144	162
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.573.154	-1.523.914
6.03.05	Aquisição de participação não controladores	-44.171	0
6.03.06	Recompra de ações em tesouraria	-32.769	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-348.916	-423.466
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	826.902	1.089.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	477.986	665.623

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.890.689	0	-1.963.976
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.08	Dividendos e JCP sobre capital próprio prescritos, liquido de imposto	0	0	0	62.340	0	62.340
5.04.09	Participação dos acionistas não controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.043.565	-7.871	2.035.694
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.043.565	0	2.043.565
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.871	-7.871
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	2.105.905	-351	43.397.435

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.222.630	47.720	0	-1.638.102	0	29.632.248
5.04.01	Aumentos de Capital	31.222.630	47.720	0	0	0	31.270.350
5.04.09	Dividendos e JCSP prescritos	0	0	0	55.997	0	55.997
5.04.10	Dividendos adicionais proposto	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.562.301	2.286	1.564.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.562.301	0	1.562.301
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.286	2.286
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.781.282	659.556	1.618.298	6.703	42.863.949

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	8.591.579	10.210.575
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.621.260	10.202.784
7.01.02	Outras Receitas	115.753	160.796
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-145.434	-153.005
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.861.900	-4.392.300
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.719.640	-3.310.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.160.508	-1.168.357
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	18.248	86.086
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.729.679	5.818.275
7.04	Retenções	-1.306.276	-952.080
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.306.276	-952.080
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.423.403	4.866.195
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.920.131	843.611
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.620.591	618.652
7.06.02	Receitas Financeiras	299.540	224.959
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.343.534	5.709.806
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.343.534	5.709.806
7.08.01	Pessoal	389.383	364.095
7.08.01.01	Remuneração Direta	276.492	267.508
7.08.01.02	Benefícios	69.121	68.571
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.770	28.016
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.464.254	3.254.188
7.08.02.01	Federais	721.979	1.069.749
7.08.02.02	Estaduais	1.708.045	2.161.097
7.08.02.03	Municipais	34.230	23.342
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	302.825	442.247
7.08.03.01	Juros	346.646	235.162
7.08.03.02	Aluguéis	-43.821	207.085
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.043.565	1.562.301
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.043.565	1.562.301
7.08.05	Outros	143.507	86.975
7.08.05.04	Provisões Trabalhistas e cíveis, liquidas	143.507	86.975

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	64.456.224	65.489.973
1.01	Ativo Circulante	11.328.109	11.810.118
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.105.630	2.940.342
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	47.610	77.404
1.01.01.02	Aplicações financeiras	2.058.020	2.862.938
1.01.03	Contas a Receber	4.958.278	5.105.860
1.01.03.01	Clientes	4.958.278	5.105.860
1.01.04	Estoques	487.136	471.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.264.487	2.495.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.264.487	2.495.066
1.01.07	Despesas Antecipadas	740.312	255.056
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	772.266	542.073
1.01.08.03	Outros	772.266	542.073
1.01.08.03.01	Creditos com partes relacionadas	34.994	40.285
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	3.578	1.840
1.01.08.03.03	Depositos judiciais	212.470	116.421
1.01.08.03.04	Outros Ativos - Cp	521.224	383.527
1.02	Ativo Não Circulante	53.128.115	53.679.855
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.348.964	6.434.416
1.02.01.03	Contas a Receber	83.161	84.855
1.02.01.03.01	Clientes	83.161	84.855
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.166.970	1.428.878
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.166.970	1.428.878
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	41.927	32.138
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.364	20.214
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.312	1.599
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	17.052	18.615
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.038.542	4.868.331
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.752.081	3.400.244
1.02.01.09.04	Operações com derivativos - Lp	273.448	225.935
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar - Lp	783.856	1.014.959
1.02.01.09.06	Aplicações financeiras em garantias	105.488	99.114
1.02.01.09.07	Outros ativos - Lp	123.669	128.079
1.02.02	Investimentos	23.577	37.835
1.02.02.01	Participações Societárias	23.577	37.835
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.577	37.835
1.02.03	Imobilizado	17.132.350	17.153.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.048.035	15.825.061
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.084.315	1.328.859
1.02.04	Intangível	29.623.224	30.053.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	64.456.224	65.489.973
2.01	Passivo Circulante	11.396.415	12.740.263
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	428.662	495.624
2.01.01.01	Obrigações Sociais	255.384	223.359
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	173.278	272.265
2.01.02	Fornecedores	5.045.604	6.037.315
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.028.341	6.035.426
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	17.263	1.889
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.573.727	1.691.991
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	463.610	438.675
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	193.600	129.610
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	270.010	309.065
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.047.728	1.205.613
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	62.389	47.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.033.581	1.457.037
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	915.311	988.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	871.274	951.795
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	44.037	36.618
2.01.04.02	Debêntures	118.270	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	2.870.070	2.641.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.359	66.490
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	34.359	66.490
2.01.05.02	Outros	2.835.711	2.575.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.293.505	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	29.539	51.162
2.01.05.02.05	Receita Diferida	763.838	761.268
2.01.05.02.07	Grupamento de frações	389.694	389.953
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	359.135	400.124
2.01.06	Provisões	444.771	416.313
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	444.771	416.313
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	23.648	23.302
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.380	74.430
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	342.743	318.581
2.02	Passivo Não Circulante	9.662.374	9.418.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.458.246	4.746.922
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.660.504	3.959.115
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.388.322	2.991.526
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.272.182	967.589
2.02.01.02	Debêntures	797.742	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	552.164	579.698
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.500	4.976
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.500	4.976
2.02.02.02	Outros	547.664	574.722
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	35.425	78.369
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	457.998	433.071
2.02.02.02.05	Outras obrigações	54.241	63.282

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.03	Tributos Diferidos	989.257	788.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	989.257	788.954
2.02.04	Provisões	3.440.574	3.147.085
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.440.574	3.147.085
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.838.718	1.583.433
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	493.954	451.779
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	321.319	308.893
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	370.132	346.123
2.02.04.01.05	Passivo Contingente	242.122	256.044
2.02.04.01.06	Provisão para desmantelamento	174.329	200.813
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	222.133	156.266
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	43.397.435	43.330.785
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-79.339
2.03.02.07	Premio na aquisição de participação de não controladores	-70.448	-29.929
2.03.02.08	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.105.905	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-351	7.520
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	5.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.243.480	16.557.810	8.260.886	12.235.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.848.694	-8.082.834	-4.092.966	-6.496.975
3.03	Resultado Bruto	4.394.786	8.474.976	4.167.920	5.738.606
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.654.308	-5.205.454	-2.428.575	-3.345.711
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.163.728	-4.338.719	-2.023.710	-2.798.898
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-548.656	-1.107.819	-487.224	-657.483
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	359.278	740.239	333.557	442.025
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-301.202	-499.155	-250.436	-331.355
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-762	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.740.478	3.269.522	1.739.345	2.392.895
3.06	Resultado Financeiro	-66.414	-129.483	-33.405	-5.513
3.06.01	Receitas Financeiras	283.099	619.449	302.107	425.590
3.06.02	Despesas Financeiras	-349.513	-748.932	-335.512	-431.103
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.674.064	3.140.039	1.705.940	2.387.382
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-588.492	-1.097.889	-556.570	-819.675
3.08.01	Corrente	-340.067	-638.398	-540.954	-776.758
3.08.02	Diferido	-248.425	-459.491	-15.616	-42.917
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.085.572	2.042.150	1.149.370	1.567.707
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.085.572	2.042.150	1.149.370	1.567.707
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.086.115	2.043.565	1.143.964	1.562.301
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-543	-1.415	5.406	5.406
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,90700	1,70610	1,24260	2,01079
3.99.01.02	PN	0,99770	1,87670	1,36670	2,21960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,90700	1,70610	1,24260	2,01790
3.99.02.02	PN	0,99770	1,87670	1,36670	2,21960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.085.572	2.042.150	1.149.370	1.567.707
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.613	-7.871	-4.249	2.286
4.02.01	Ganhos (Perdas) não realizados em investimenstos disponíveis para venda, liquido de impostos.	-5.392	-7.561	-2.898	1.374
4.02.03	Ganho (Perda) operações de derivativos, liquidas de impostos, liquido de impostos.	-4.620	-2.851	0	0
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	2.399	2.541	-1.351	912
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.077.959	2.034.279	1.145.121	1.569.993
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.078.502	2.035.694	1.139.715	1.564.587
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-543	-1.415	5.406	5.406

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.040.129	3.094.367
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.249.586	4.550.933
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	3.140.039	2.387.382
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	2.670.681	1.867.789
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	10.885	-27.354
6.01.01.04	Variações monetárias	-28.616	-27.862
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-380.699	-106.592
6.01.01.07	Provisão para redução ao valor recuperável	340.387	217.012
6.01.01.08	Pensão e outros benefícios pós-emprego	-8.109	8.514
6.01.01.09	Provisões tributárias, trabalhistas e civeis	230.258	42.114
6.01.01.10	Despesas de juros	253.242	159.701
6.01.01.11	Provisões para desmobilização	-1.819	-805
6.01.01.12	Provisões de programa de fidelização	11.762	2.629
6.01.01.13	Outros	11.575	28.405
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.209.457	-1.456.566
6.01.02.01	Contas a receber de clientes liquidados	-191.110	-438.471
6.01.02.02	Estoques	-20.806	-116.591
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	-133.334	55.757
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	17.943	-58.705
6.01.02.06	Pessoal, encargos e benefícios	-66.963	-927
6.01.02.07	Contas a pagar e despesas provisionadas	-678.709	-36.532
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-180.872	55.905
6.01.02.09	Outros passivos circulantes	-142.281	-116.241
6.01.02.10	Outros passivos não circulantes	-20.109	6.679
6.01.02.11	Juros pagos	-236.198	-185.620
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-557.018	-621.820
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.361.354	270.124
6.02.01	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-2.654.126	-1.859.147
6.02.02	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	282.703	115.278
6.02.03	Caixa recebido na venda de investimento	10.069	0
6.02.05	Caixa e equivalentes de caixa por consolidação de sociedades	0	31.095
6.02.06	Caixa e equivalentes de caixa por combinação de negócios	0	1.982.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.513.487	-2.261.248
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-849.922	-314.733
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	14.309	700.879
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-27.780	-8.742
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.573.154	-2.638.652
6.03.05	Aquisição de participação de não controladores	-44.171	0
6.03.06	Recompra de ações em tesouraria	-32.769	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-834.712	1.103.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.940.342	1.556.715
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.105.630	2.659.958

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.890.689	0	-1.963.976	-3.653	-1.967.629
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768	0	-32.768
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.08	Dividendos e JSCP sobre capital próprio prescritos, líquido de imposto	0	0	0	62.340	0	62.340	0	62.340
5.04.09	Participação dos acionistas não controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519	-3.653	-44.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.043.565	-7.871	2.035.694	-1.415	2.034.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.043.565	0	2.043.565	-1.415	2.042.150
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.871	-7.871	0	-7.871
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	2.105.905	-351	43.397.435	0	43.397.435

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.222.630	47.720	0	-1.638.102	0	29.632.248	3.713	29.635.961
5.04.01	Aumentos de Capital	31.222.630	47.720	0	0	0	31.270.350	0	31.270.350
5.04.08	Participação dos acionistas não controladores na consolidação inicial	0	0	0	0	0	0	3.713	3.713
5.04.09	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	55.997	0	55.997	0	55.997
5.04.10	Dividendo adicional proposto	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.562.301	2.286	1.564.587	5.406	1.569.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.562.301	0	1.562.301	5.406	1.567.707
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.286	2.286	0	2.286
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.781.282	659.556	1.618.298	6.703	42.863.949	9.119	42.873.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	22.418.524	16.709.327
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.504.550	16.649.833
7.01.02	Outras Receitas	254.361	276.506
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-340.387	-217.012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.057.669	-6.664.435
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.993.985	-4.363.253
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.463.301	-2.415.536
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	399.617	114.354
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.360.855	10.044.892
7.04	Retenções	-2.670.681	-1.867.789
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.670.681	-1.867.789
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.690.174	8.177.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	619.449	425.589
7.06.02	Receitas Financeiras	619.449	425.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.309.623	8.602.692
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.309.623	8.602.692
7.08.01	Pessoal	923.409	592.729
7.08.01.01	Remuneração Direta	672.131	452.808
7.08.01.02	Benefícios	178.966	97.123
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.312	42.798
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.762.052	5.327.700
7.08.02.01	Federais	3.041.123	2.034.463
7.08.02.02	Estaduais	4.667.197	3.253.244
7.08.02.03	Municipais	53.732	39.993
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.356.039	980.339
7.08.03.01	Juros	748.172	429.828
7.08.03.02	Aluguéis	607.867	550.511
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.042.150	1.567.707
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.043.565	1.562.301
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.415	5.406
7.08.05	Outros	225.973	134.217
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, liquidas	225.973	134.217

Comentário do Desempenho

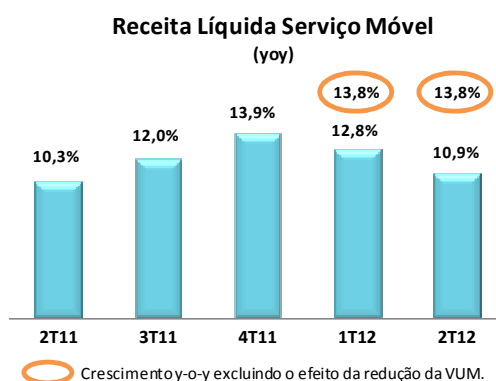
NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado			Consolidado			Consolidado		
	2T12	1T12	Δ%	2T11	Δ%	6M12	6M11	Δ%	
Receita Líquida Móvel	5.128,2	5.105,5	0,4	4.732,4	8,4	10.233,7	9.403,5	8,8	
Receita de serviço móvel	4.959,7	4.924,2	0,7	4.470,4	10,9	9.883,9	8.837,6	11,8	
Franquia e utilização	2.650,5	2.599,8	1,9	2.300,8	15,2	5.250,3	4.623,4	13,6	
Uso de rede	942,3	985,4	(4,4)	1.037,0	(9,1)	1.927,7	2.098,4	(8,1)	
Dados e SVAs	1.351,1	1.318,3	2,5	1.116,8	21,0	2.669,4	2.101,1	27,0	
Messaging P2P	465,5	446,4	4,3	361,0	28,9	911,9	682,1	33,7	
Internet	674,5	663,7	1,6	582,5	15,8	1.338,2	1.114,9	20,0	
Outras Receitas de Dados e SVAs	211,1	208,1	1,4	173,3	21,8	419,3	304,1	37,9	
Outros serviços	15,8	20,7	(23,5)	15,8	0,2	36,5	14,7	147,4	
Receita de aparelho móvel	168,5	181,4	(7,1)	261,9	(35,7)	349,9	565,9	(38,2)	

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por origem da chamada.

A receita líquida de serviços no trimestre, impulsionada pela receita de voz e pelo consumo de dados e internet, registrou crescimento acelerado de 10,9% na comparação anual, mesmo afetada pelos impactos regulatórios de redução da VUM. Excluindo esse efeito, a receita líquida de serviço móvel registraria um crescimento de 13,8% em relação ao 2T11.



A forte adesão às ofertas “Vivo Sempre” e “Vivo Ilimitado” e o forte aumento da base contribuíram para uma evolução positiva de 15,2% da receita de **franquia e utilização** no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** diminuiu 9,1% em relação ao 2T11 e 4,4% em relação ao 1T12, principalmente em função da redução da VUM a partir de fevereiro. Excluindo este efeito, a receita de uso de rede registraria aumento de 3,3%, confirmando elasticidade positiva no tráfego em função da redução da VUM.

A receita de **Dados e SVAs** (Serviços de Valor Adicionado) manteve forte *performance* e aumentou 21,0% em relação ao 2T11. Isso se deve ao crescimento de clientes com planos ou pacotes de dados, que avançou 95% na comparação anual, além do maior consumo de SMS.

Nesse trimestre, a receita de Dados e SVAs representou 27,2% da receita líquida de serviços móveis, uma evolução de 2,3 p.p. na comparação anual. Se considerarmos apenas a receita sainte, a participação seria de 33,6% no segundo trimestre de 2012.

A receita com **SMS** teve crescimento anual de 28,9% mantendo o forte crescimento apresentado nos trimestres anteriores, impulsionado por pacotes ilimitados no pós-pago e por maior penetração e uso no pré-pago.

Comentário do Desempenho

As receitas de **internet móvel** avançaram 15,8% na comparação com o 2T11 e 1,6% em relação ao 1T12, respondendo por 49,9% da receita de dados no trimestre, alavancados pela maior venda de modems e smartphones com planos e pacotes de dados para clientes pré-pagos.

Outras Receitas de Dados e SVAs evoluíram 21,8% no ano, em virtude do desempenho dos serviços interativos baseados em SMS, aplicativos e downloads. Damos destaque para os serviços Vivo Som de Chamada, Vivo Segurança Online e a plataforma de e-learning Kantoo.

A redução anual de 35,7% da **receita de aparelho móvel** é explicada principalmente pela maior racionalidade comercial e operacional, buscando fornecimento direto dos fabricantes de aparelhos para os revendedores, tornando a cadeia de suprimentos e subsídio cada vez mais eficiente. Além deste efeito, o aumento da receita é explicado pela maior quantidade de vendas avulsas de *SIM Cards* e pela implementação da frequência de 1800 MHz, que possibilita a utilização de nossos *SIM Cards* em qualquer aparelho e região do país.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado	Consolidado	Consolidado			Consolidado	Combinado		
	2T12	1T12	Δ%	2T11	Δ%	6M12	6M11	Δ%	
Receita Líquida Fixa	3.115,3	3.208,7	(2,9)	3.528,5	(11,7)	6.324,0	6.874,9	(8,0)	
Voz e acessos	1.725,4	1.803,6	(4,3)	2.078,9	(17,0)	3.529,0	4.191,9	(15,8)	
Uso de rede	113,2	118,7	(4,6)	117,0	(3,2)	231,9	233,8	(0,8)	
Dados	886,9	892,2	(0,6)	867,4	2,2	1.779,1	1.674,5	6,2	
TV por assinatura	150,7	157,7	(4,4)	188,7	(20,2)	308,4	297,2	3,8	
Outros serviços	239,1	236,6	1,1	276,5	(13,5)	475,7	477,5	(0,4)	

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT (Vivo Fixo e Vivo Box).

A receita líquida do negócio fixo teve redução de 11,7% no ano. Essa evolução está impactada por efeitos regularórios, sazonalidade das receitas, principalmente com serviço corporativo e incorporação da TVA a partir do 2T11. O trimestre apresentou menor receita de voz local originada na fixa, apesar do aumento das receitas de dados no período.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 17,0% em relação ao 2T11, principalmente pela queda do tráfego originado na fixa, menor base de acessos e redução das tarifas fixo-móvel a partir de 24 de fevereiro. Excluindo esse impacto regulatório, a receita de voz e acessos registraria uma redução de 14,8% no período.

As receitas de **Uso da rede** foram 3,2% inferiores em comparação ao 2T11.

As receitas de **Dados** aumentaram 2,2% em relação ao 2T11, uma desaceleração no crescimento em relação a trimestres anteriores explicada pela intensificação do entorno competitivo. Contribuíram positivamente para essa evolução a maior base de acessos no Vivo Fibra e Cabo, além do desempenho no negócio corporativo.

Destaca-se a evolução de dados sobre a receita total fixa que passou de 24,6% no 2T11 para 28,5% no 2T12.

No 2T12, as receitas de **TV por assinatura** diminuíram 20,2% no comparativo anual e 4,4% frente ao 1T12. Tal desempenho reflete a redução da atividade comercial desse serviço pela previsão de lançamento da nova plataforma de TV no segundo semestre deste ano. No entanto, normalizando o efeito da TVA no 2T11, a receita de TV por assinatura registraria redução 16,2 p.p inferior em relação ao 2T11.

Comentário do Desempenho

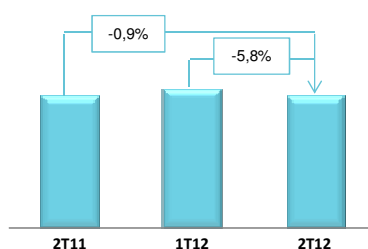
As receitas de **Outros Serviços** foram 13,5% menores que no 2T11, principalmente pela forte sazonalidade registrada no negócio corporativo que aumenta a base de comparação. Isso porque no 1T11, devido às fortes chuvas no Estado de São Paulo, foi dada ênfase em trabalhos de manutenção, o que levou a uma concentração de pedidos no 2T11.

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

CUSTOS OPERACIONAIS

R\$ milhões	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Combinado	
	2T12	1T12	Δ%	2T11	Δ%	6M12	6M11	Δ%
Custos Operacionais	(5.150,6)	(5.467,0)	(5,8)	(5.198,2)	(0,9)	(10.617,6)	(10.375,8)	2,3
Pessoal	(544,1)	(713,7)	(23,8)	(555,2)	(2,0)	(1.257,8)	(1.096,3)	14,7
Custo dos Serviços Prestados	(2.327,4)	(2.670,7)	(12,9)	(2.513,8)	(7,4)	(4.998,1)	(5.014,1)	(0,3)
Interconexão	(991,5)	(1.068,8)	(7,2)	(1.135,2)	(12,7)	(2.060,3)	(2.238,7)	(8,0)
Impostos, taxas e contribuições	(453,4)	(512,8)	(11,6)	(421,1)	7,7	(966,2)	(829,3)	16,5
Serviços de terceiros	(788,2)	(760,2)	3,7	(686,0)	14,9	(1.548,4)	(1.416,5)	9,3
Outros	(94,3)	(329,0)	(71,3)	(271,5)	(65,3)	(423,3)	(529,5)	(20,0)
Custo das Mercadorias Vendidas	(403,9)	(424,0)	(4,7)	(426,3)	(5,3)	(827,9)	(901,3)	(8,1)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.625,3)	(1.573,6)	3,3	(1.547,4)	5,0	(3.198,9)	(2.973,5)	7,6
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(158,6)	(181,9)	(12,8)	(132,1)	20,1	(340,5)	(275,6)	23,6
Serviços de terceiros	(1.340,7)	(1.264,0)	6,1	(1.278,4)	4,9	(2.604,7)	(2.445,9)	6,5
Outros	(126,0)	(127,7)	(1,3)	(137,0)	(8,1)	(253,7)	(252,0)	0,7
Despesas Gerais e Administrativas	(308,6)	(268,0)	15,1	(233,0)	32,4	(576,6)	(452,9)	27,3
Serviços de terceiros	(225,6)	(206,9)	9,0	(187,2)	20,5	(432,5)	(355,2)	21,8
Outros	(83,0)	(61,1)	35,9	(45,8)	81,1	(144,1)	(97,7)	47,5
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	58,7	183,0	(67,9)	78,3	(25,0)	241,7	62,3	287,8
Ganho (perda) com investimentos	-	-	n.d.	(0,8)	n.d.	-	-	n.d.

Custos Operacionais



Os custos operacionais tiveram redução anual de 0,9% totalizando R\$5.150,6 milhões no trimestre, excluindo os gastos com depreciação e amortização. Essa redução é decorrente principalmente do impacto regulatório pela redução da VUM, captura de sinergias, racionalidade na estratégia comercial e efeitos não recorrentes no período.

O custo de **pessoal** no 2T12 diminuiu 2,0% quando comparado ao 2T11 e 23,8% frente ao trimestre anterior, reflexo principalmente da reestruturação organizacional no 1T12.

O **custo dos serviços prestados** no 2T12 foi 7,4% menor que o do 2T11, em função principalmente do impacto regulatório pela redução da VUM a partir de fevereiro deste ano e de uma reversão de provisão (R\$244,0 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa de aluguel devido à expansão anual superior a 100% na quantidade de municípios cobertos pela tecnologia 3G e pelos maiores gastos com manutenção no período.

O **custo das mercadorias vendidas** no 2T12 recuou 5,3% e 4,7% quando comparado ao 2T11 e ao 1T12, respectivamente. O desempenho no 2T12 decorre da maior participação nas vendas de *SIM Cards* avulsos, impulsionado pela implantação da frequência de 1800 MHz a partir do 4T11.

Comentário do Desempenho

Na comparação do 2T12 com o 2T11, as **despesas de comercialização dos serviços** permaneceram controladas, com aumento de 5,0% frente a um crescimento da base de 14,5% no período. Elas foram impactadas também por gastos não recorrentes de lançamento da marca Vivo para serviços fixos a partir de abril, no montante de R\$64,0 milhões. Excluindo esse efeito, o crescimento seria de 0,9%, principalmente por gastos com a unificação do *call center* e gastos variáveis de comissão de vendas.

A **Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)** no 2T12 fechou em R\$158,6 milhões, correspondendo a 1,3% da receita bruta total, inferior ao 1,5% apresentado no 1T12, porém levemente superior ao 1,1% do 2T11. A redução trimestral ocorre mesmo no contexto de aceleração dos níveis de inadimplência nos mais diferentes setores, reforçando a eficiência no processo da Companhia de aprimoramento contínuo na concessão do crédito e rígido controle sobre as ações de cobrança.

As **despesas gerais e administrativas** cresceram 32,4% no 2T12 quando comparadas ao 2T11 e 15,1% em relação ao 1T12. Essas variações estão relacionadas principalmente ao custo incremental relativo à otimização de facilidades para a estrutura integrada e maiores gastos com contratos de manutenção, ajustados de acordo com a inflação no período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas apresentaram receita de R\$58,7 milhões no 2T12, devido principalmente à venda de ativos não estratégicos da operação móvel (+R\$181,6 milhões no 2T12 e R\$95,8 no 2T11).

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica **depreciação e amortização** registrou aumento de 1,7% quando comparados o 2T12 e 2T11, em função principalmente da elevação do ativo imobilizado no período.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

R\$ milhões	Consolidado			Consolidado			Consolidado		
	2T12	1T12	Δ%	2T11	Δ%	6M12	6M11	Δ%	
Resultado financeiro líquido	(66,4)	(63,1)	5,3	(33,4)	98,8	(129,5)	(45,3)	185,8	
Receitas Financeiras	283,1	336,4	(15,8)	284,1	(0,4)	619,5	526,4	17,7	
Juros de Aplicações Financeiras	41,4	76,0	(45,6)	110,5	(62,5)	117,4	220,9	(46,8)	
Variações Monetárias e Cambiais	162,6	195,9	(17,0)	129,7	25,4	358,5	198,8	80,3	
Outras Receitas com Operações Financeiras	79,1	64,4	22,9	43,9	80,0	143,5	106,7	34,5	
(-) Pis e Cofins	-	-	n.d.	-	n.d.	-	-	n.d.	
Despesas Financeiras	(349,5)	(399,4)	(12,5)	(317,5)	10,1	(748,9)	(571,7)	31,0	
Despesas Financeiras	(177,3)	(222,0)	(20,2)	(178,5)	(0,7)	(399,3)	(363,5)	9,9	
Variações Monetárias e Cambiais	(168,2)	(177,4)	(5,2)	(131,6)	27,8	(345,6)	(203,1)	70,1	
Outras Despesas com Operações Financeiras	(4,0)	-	n.d.	(7,4)	(46,2)	(4,0)	(5,0)	(20,6)	

No 2T12, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R\$33,0 milhões quando comparadas com o 2T11, em decorrência do menor volume de aplicações financeiras e de sua menor remuneração, em função da queda nas taxas de juros.

CAPEX

CAPEX

R\$ milhões	Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	2T12	1T12	2T11	6M12	6M11	Δ%
Rede	790,5	903,7	705,0	1.694,1	1.185,4	
Tecnologia/Sist. Informação	196,9	82,5	164,9	279,3	302,7	
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	156,2	178,4	979,6	334,6	1.074,3	
Total	1.143,5	1.164,6	1.849,4	2.308,1	2.562,3	

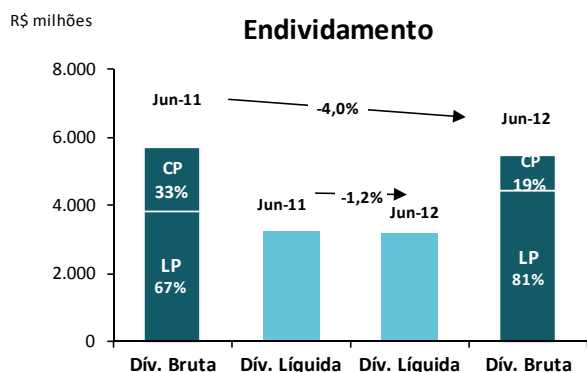
Comentário do Desempenho

O **Capex** de R\$1.143,5 milhões no 2T12 atinge 13,9% da Receita Operacional Líquida no trimestre e é 38,2% inferior ao registrado no 2T11. Essa evolução é explicada principalmente pela assinatura dos termos de autorização das licenças adquiridas pela Vivo no leilão realizado pela Anatel em dezembro/2010, aumentando a base de comparação em R\$811,8 milhões. Excluindo esse efeito, o investimento registraria crescimento de 10,2% frente ao 2T11 e aumento de 1,3 p.p. no índice Capex sobre a Receita Operacional Líquida. Tais evoluções estão relacionadas principalmente ao fortalecimento de qualidade na rede fixa, aos investimentos na ampliação da capacidade e qualidade da rede móvel e ampliação da cobertura 3G.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 2T12 com uma **dívida bruta** de R\$5.491,8 milhões, sendo 24,0% denominada em moeda estrangeira. A queda de 4,0% em relação ao 2T11 está relacionada à liquidação de debêntures e às amortizações do principal de dívidas com o BNDES e o BNB.

A **dívida líquida** no 2T12 é de R\$3.174,1 milhões. Em relação ao 2T11, a dívida líquida registra redução de 1,2%, explicada principalmente pela geração de caixa da Companhia. Quando comparada ao 1T12, a dívida líquida aumentou 19,4%, devido ao pagamento de dividendos em Maio/12. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefónica (Grupo), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações respectivamente. A Companhia e suas controladas também possuem autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive internet em banda larga, serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) e os serviços de TV por assinatura, sendo (i) via satélite em todo país ; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.b.1 e 1.b.2).

b.1. Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$6.744.275 (R\$6.698.899 em 31 de dezembro de 2011), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

b.2. Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

Os negócios da Vivo S.A. (Vivo), incluindo os serviços que podem prover, também são regulados pela ANATEL. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

A Vivo explora serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal – SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

Nos leilões para venda das faixas de frequência de 2,5 GHz nacionais atreladas à faixa de 450 MHz, realizados pela ANATEL nos dias 12 e 13 de junho de 2012, a Vivo foi a vencedora no lote 3 dentre os ofertados, em conformidade com o edital nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel.

Dessa maneira, quando da adjudicação efetiva do referido lote, a Vivo incrementará sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia de quarta geração (4G) em todo o território nacional e passará a operar na faixa de frequência 2,5GHz, com banda de 20+20 Mhz. Além da faixa de 2,5GHz, o lote arrematado inclui a faixa de 450 MHz para as áreas rurais do interior dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

O valor ofertado pelo lote 3 foi de R\$1,05 bilhão. O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no edital e impostos pela ANATEL, sendo ajustados de acordo com o prazo remanescente das licenças.

O valor final das licenças será registrado como ativo intangível na Vivo no momento da assinatura dos termos junto à ANATEL, que poderá ocorrer no terceiro trimestre de 2012.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências de 800/1900/2100 Mhz e dos 23 lotes (900 e 1800 Mhz) em que a Vivo foi a vencedora, são as mesmas da nota 1.b2 – Autorizações e Frequências das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

c. Negociação das ações em bolsas de valores

c.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Notas Explicativas

Em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S. A. (Telesp), realizada em 3 de outubro de 2011, foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil (vide nota 3).

c.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de *American Depositary Receipts* (ADRs) na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

d. Acordo entre a Telefônica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefônica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefônica S.A. tem o controle indireto da Vivo. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefônica S.A. não tem envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia, a Vivo e a TIM são transações normais do negócio de telefonia celular, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas (ITRs) encerradas em 30 de junho de 2012, são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As ITRs individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As ITRs consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

Notas Explicativas

As presentes informações trimestrais foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, descritos a seguir:

- *Alterações ao IAS 12, Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacente:* Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. O Grupo Telefônica optou por não avaliar as propriedades de investimento pelo método do valor justo na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, pelo que esta alteração não é aplicável.
- *Alterações IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas:* Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas. Atualmente esta emenda encontra-se em Audiência Pública no CPC.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC) ainda não em vigor em 30 de junho de 2012

Na data de elaboração destas ITRs, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Notas Explicativas

Normas e Alterações de Normas		Aplicação obrigatória: exercícios iniciados a partir de
Alterações ao IAS 1	<i>Apresentação das contas de outros resultados abrangentes</i>	1º de julho de 2012
IFRS 10	<i>Demonstrações Contábeis Consolidadas</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	<i>Acordos em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	<i>Divulgação de Participações em Outras Entidades</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	<i>Mensuração a Valor Justo</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	<i>Benefícios a empregados</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	<i>Demonstrações Contábeis Separadas</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	<i>Investimentos em Coligadas e em Controladas em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
Melhorias do IFRS	<i>Ciclo 2009-2011</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IAS 32	<i>Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	<i>Instrumentos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2015
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação na transição do IFRS 9s</i>	1º de janeiro de 2015

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas no período de aplicação inicial. Não obstante, mudanças introduzidas pelo IFRS 9 afetarão a apresentação dos ativos financeiros e transações com os mesmos que ocorram a partir de 1º de janeiro de 2015.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de julho de 2012, autorizou emissão destas informações trimestrais.

2.1 Informações comparativas

As presentes ITRs comparam os trimestres encerrados em 30 de junho de 2012 e 2011, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de junho de 2012 com 31 de dezembro de 2011.

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais.

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	30.06.12	31.12.11
Vivo S.A (a)	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (b)	100%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (b)	100%	91,50%
Lemontree S.A. (b)	100%	83,00%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	100%	93,19%
Aliança Atlântica Holding B.V.(c)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (c)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (c)	50%	50%

Notas Explicativas

- (a) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (notas 1 e 3).
- (b) consolidadas integralmente a partir de janeiro de 2011 e subsidiárias integrais a partir de junho de 2012.
- (c) controladas em conjunto.

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações consolidadas são apresentados a seguir:

a) Aquisição da Vivo Part. pela Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Em função desta incorporação de ações, o capital da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630.

b) Concentração das Autorizações do SMP e Incorporação da Vivo Part.

Em reunião do Conselho de Administração da subsidiária Vivo Part., realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP (até então detidas pela Vivo Part. no estado de Minas Gerais e pela Vivo nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo.

A forma proposta para viabilizar esta reestruturação societária foi a conferência em 1º de outubro de 2011 dos bens, direitos e obrigações relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Part. para a Vivo (operadora móvel do grupo que detinha as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passou à situação de *holding*.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Devido a Vivo Part. ser subsidiária integral da Companhia desde 27 de abril de 2011, cujo patrimônio já continha o investimento nas ações da Vivo, a incorporação: (i) não acarretou aumento de capital da Companhia; (ii) não houve a substituição de ações detidas por acionistas não-controladores da Vivo Part. por ações da Companhia; e (iii) não houve necessidade da elaboração de laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Part. foram extintas. Com a conclusão da reestruturação societária, a Vivo Part. foi incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011 e a Vivo passou a ser subsidiária integral da Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

As ITRs consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Part. (incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011) e Vivo desde 1º de abril de 2011. A Vivo Part. e Vivo foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

Notas Explicativas

c) Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A. (GTR), TVA Sul Paraná S.A.(TVA Sul), Lemontree Participações S.A. (Lemontree) e Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (Comercial Cabo) em suas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de consolidação integral. Anteriormente, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial.

d) Aquisição de ações da Lemontree em 2011

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim, a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree e 93,19% na Comercial Cabo. Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

e) Aquisição de ações da Lemontree e GTR em 2012

Em 6 de junho de 2012, a Companhia exerceu sua opção de compra em relação (i) a 71.330.508 ações ordinárias remanescentes correspondentes a 51% do capital votante da Lemontree controladora da Comercial Cabo, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo; e (ii) a 923.778 ações ordinárias remanescentes da GTR, titular de 50,9% das ações ordinárias da TVA Sul, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo fora do estado de São Paulo, ações essas anteriormente detidas pelo grupo Abril. A opção de compra exercida nesta data, finaliza o processo de aquisição das ações remanescentes da Lemontree e da GTR, iniciado com o exercício parcial da opção implementado em 29 de setembro de 2011, com a aquisição de ações ordinárias da Lemontree, representativas de 49% do seu capital social.

Os valores correspondentes às aquisições das ações ordinárias remanescentes da Lemontree e GTR, descritas acima, foram de R\$37.737 e R\$6.434, respectivamente.

Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

Com a implementação deste exercício de opção, a Companhia passou a deter 100% das ações representativas do capital votante e total da Lemontree e da GTR e, indiretamente, das sociedades operadoras de serviços de televisão a cabo situadas em São Paulo e em Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

f) Alienação de ações da Zon Multimídia – Serviços de Telecomunicações e Multimídia, SGPS, S.A.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 (1.196.395 diretamente e 422.257 indiretamente através da Aliança Atlântica) ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimídia – Serviços de Telecomunicações e Multimídia, SGPS, S.A. (ZON). O resultado líquido positivo consolidado (valor da alienação das ações detidas e baixa dos investimentos) desta operação foi de R\$1.486.

Notas Explicativas

g) Reestruturação Societária

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de maio de 2012, foi aprovada a proposta de reestruturação societária a ser implementada por meio de operações de cisão parcial e incorporação, envolvendo as subsidiárias integrais da Companhia A. Telecom S.A. (ATelecom), Telefônica Data S.A. (TData), Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST), Vivo, Comercial Cabo e TVA Sul, de forma que ao final do processo, as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo os Serviços de Valor Adicionado (conforme definido no Art. 61 da LGT), prestados pelas diversas subsidiárias integrais serão concentrados na Telefônica Data S.A. (que permanecerá em operação) e os demais serviços de telecomunicações serão unificados na Companhia, que para tanto e como etapa final da reestruturação societária, incorporará as sociedades.

Além da racionalização da prestação dos serviços, a reestruturação societária (viável agora em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias do STFC), visa simplificar a estrutura organizacional atual da Companhia, bem como auxiliar a integração dos negócios e a geração de sinergias.

A referida operação foi submetida à ANATEL em 15 de maio 2012 e somente será efetivada após a anuência prévia da Agência.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AQUISIÇÃO DA VIVO PART.

Conforme descrito na nota 2.a), em 27 de abril de 2011, as assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Part. aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação preliminar na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Informações Preliminares (em R\$ mil)	Valor Justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido ^(b)	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível ^(a)	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes ^(c)	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	22.062.142
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	9.160.488

(a) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(b) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (1) e (3).

(c) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

Notas Explicativas

O valor justo do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituída provisão de R\$218.171 para redução ao valor recuperável, o qual se espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) *Combinação de Negócios*, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (vide nota 19).

Análise do fluxo de caixa na aquisição:	R\$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(9.066)
Caixa e equivalentes a caixa na companhia adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	<u>1.982.898</u>
Saída líquida de caixa e equivalentes a caixa na aquisição	<u>1.973.832</u>

Os custos incorridos na transação foram de R\$9.066 e lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinado não auditado e/ou revisado, da Companhia e da adquirida, Vivo Part., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, sem contemplar os efeitos contábeis da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) retroativo a esta data. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Companhia caso a reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Companhia de qualquer data ou período futuro.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 (não auditado/não revisado)

	Telefônica Brasil Consolidado para o período findo em 30 de junho de 2011	Vivo Part. Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
Receita Operacional Líquida	12.235.581	4.852.749	(802.456)	16.285.874
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(6.496.976)	(2.336.229)	773.395	(8.059.810)
Lucro Bruto	5.738.605	2.516.520	(29.061)	8.226.064
Receitas (Despesas) Operacionais	(3.345.711)	(1.411.044)	29.061	(4.727.694)
Comercialização dos serviços (a)	(2.798.898)	(1.061.682)	36.545	(3.824.035)
Despesas gerais e administrativas (a)	(657.483)	(310.416)	-	(967.899)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	110.670	(38.946)	(7.484)	64.240
Lucro Operacional antes das receitas (despesas) financeiras	2.392.894	1.105.476	-	3.498.370
Resultado financeiro líquido	(5.512)	(39.794)	-	(45.306)
Lucro antes dos tributos	2.387.382	1.065.682	-	3.453.064
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(819.675)	(355.476)	-	(1.175.151)
Lucro líquido do período (c)	1.567.707	710.206	-	2.277.913
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade controladora	1.562.301	-	-	2.272.507
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	5.406	-	-	5.406

(a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$2.413.649.

(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

Notas Explicativas

- (c) O lucro líquido combinado seria de R\$2.142.762 em junho de 2011, caso tivessem sido incluídos os efeitos de amortização de intangíveis nos primeiros 3 meses de 2011 (R\$196.583), líquidos de impostos sobre a renda diferidos de R\$66.838.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Caixa e contas bancárias	9.320	17.969	47.610	77.404
Aplicações financeiras	468.666	808.933	2.058.020	2.862.938
Total	477.986	826.902	2.105.630	2.940.342

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Valores faturados	1.771.538	1.742.090	3.448.131	3.461.465
Valores a faturar	844.936	941.614	1.770.222	1.855.801
Valores de interconexão	239.053	210.668	961.247	930.178
Contas a receber bruto	2.855.527	2.894.372	6.179.600	6.247.444
Provisão para redução ao valor recuperável	(592.903)	(607.736)	(1.138.161)	(1.056.729)
Total	2.262.624	2.286.636	5.041.439	5.190.715
Circulante	2.262.624	2.286.636	4.958.278	5.105.860
Não circulante	-	-	83.161	84.855

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Avencer	1.549.261	1.653.269	3.854.492	4.103.377
Vencidas – 1 a 30 dias	376.965	371.256	693.081	631.923
Vencidas – 31 a 60 dias	104.697	97.504	186.958	204.775
Vencidas – 61 a 90 dias	59.868	46.932	134.140	115.125
Vencidas – 91 a 120 dias	49.532	24.188	92.841	49.815
Vencidas – mais de 120 dias	122.301	93.487	79.927	85.700
Total	2.262.624	2.286.636	5.041.439	5.190.715

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(607.736)	(1.056.729)
Ingressos (nota 25)	(145.434)	(340.387)
Baixas	160.267	258.955
Saldo em 30 de junho de 2012	(592.903)	(1.138.161)

Notas Explicativas

A controlada ATelecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, os montantes relacionados a este produto foram classificados nas ITRs de 30 de junho de 2012 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 como “Arrendamento Mercantil Financeiro”.

O saldo consolidado do contas a receber, contempla os seguintes efeitos:

	30.06.12	31.12.11
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	267.014	261.933
Receita financeira não realizada	7.171	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	274.185	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(78.926)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	195.259	201.499
Circulante	112.098	116.644
Não circulante	83.161	84.855

O cronograma de vencimentos em 30 de junho de 2012 é como segue:

<u>Ano</u>	<u>Investimento</u>	<u>Valor presente</u>
A vencer até um ano	183.853	183.853
A vencer até cinco anos	90.332	83.161
Total	274.185	267.014

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

6. MATERIAIS DE ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Materiais para consumo	49.915	54.124	74.880	94.547
Materiais para revenda (a)	7.034	7.030	476.171	435.032
Outros estoques	5.603	6.333	5.842	6.468
Total bruto	62.552	67.487	556.893	536.047
Provisão para redução ao valor realizável e provisão para obsolescência	(30.789)	(35.651)	(69.757)	(64.326)
Total circulante	31.763	31.836	487.136	471.721

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, equipamentos de informática e *simcard* (*chip*).

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(35.651)	(64.326)
Adições	(3.506)	(22.179)
Reversões	8.368	16.748
Saldo em 30 de junho de 2012	(30.789)	(69.757)

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável, estão demonstrados na nota 24.

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Impostos e contribuições retidos na fonte	41.374	106.072	88.663	152.919
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	737.876	1.051.864	820.610	1.143.988
ICMS (a)	389.034	422.679	1.675.812	1.665.896
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	234.418	284.959	257.292	307.832
PIS e COFINS	47.959	43.898	178.110	210.950
Outros	7.064	9.141	27.856	28.440
Total	1.457.725	1.918.613	3.048.343	3.510.025
Circulante	885.321	1.130.761	2.264.487	2.495.066
Não circulante	572.404	787.852	783.856	1.014.959

(a) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

7.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	50.637	-	119.426	348.576
Crédito fiscal incorporado (b)	15.768	22.076	28.211	46.962
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	720.763	671.989	975.886	888.297
Planos de benefícios pós emprego	102.585	98.833	109.249	98.833
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	94.407	97.466	202.969	178.433
Provisão para desmobilização e perdas no ativo imobilizado	8.796	8.745	68.703	79.633
Participação nos resultados	20.757	43.368	42.919	82.564
Depreciação acelerada	116.915	101.668	408.914	433.512
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	10.468	12.121	17.445	17.542
Provisão para programa de fidelização	-	-	27.399	23.399
Operações com derivativos	28.703	37.352	56.595	69.387
Fornecedores e outras provisões	56.623	129.087	315.597	354.916
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	115.661	99.143	231.129	237.574
Total do ativo diferido	1.342.083	1.321.848	2.604.442	2.859.628

Notas Explicativas

Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(238.591)	(207.668)	(238.591)	(207.668)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(169.356)	(224.254)	(264.745)	(333.156)
Variação cambial	(5.857)	(14.742)	(5.857)	(14.742)
Carteira de clientes	(588.639)	(630.896)	(588.639)	(630.896)
Marcas e patentes	(522.493)	(536.808)	(522.493)	(536.808)
Licença	(239.927)	(79.976)	(239.927)	(79.976)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(301.811)	(258.695)	(301.811)	(258.695)
Ágios da Vivo Participações S.A.	(160.122)	(53.374)	(160.122)	(53.374)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(104.544)	(104.389)	(104.544)	(104.389)
Total do passivo diferido	(2.331.340)	(2.110.802)	(2.426.729)	(2.219.704)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(989.257)	(788.954)	177.713	639.924
Total do ativo diferido líquido, não circulante	-	-	1.166.970	1.428.878
Total do passivo diferido líquido, não circulante	(989.257)	(788.954)	(989.257)	(788.954)

- a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** representa o montante registrado pela Companhia e suas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas TData, Ajato Telecomunicações Ltda (Ajato), GTR, Lemontree e TST não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$253.328 em 30 de junho de 2012 (R\$241.361 em 31 de dezembro de 2011), tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pela Companhia e suas controladas decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.11	-	-	-	1.745.928	1.705.050	3.450.978
Crédito fiscal (25% + 9%)	-	-	-	436.482	153.455	589.937
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	177.471	63.890	241.361
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 30.06.12	91.593	308.207	399.800	1.048.165	1.230.146	2.278.311
Crédito fiscal (25% + 9%)	22.898	27.739	50.637	262.041	110.713	372.754
Crédito fiscal reconhecido	22.898	27.739	50.637	75.770	43.656	119.426
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	186.271	67.057	253.328

- b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Ativo Diferido	Controladora			Consolidado		
	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total
Saldo em 31.12.11	-	1.321.848	1.321.848	348.576	2.511.052	2.859.628
Adições	50.637	75.641	126.278	50.637	75.641	126.278
Baixas e realizações	-	(106.043)	(106.043)	(279.787)	(101.677)	(381.464)
Saldo em 30.06.12	50.637	1.291.446	1.342.083	119.426	2.485.016	2.604.442

Passivo Diferido	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.11	2.110.802	2.219.704
Adições	345.193	345.193
Baixas e realizações	(122.736)	(136.249)
Outros resultados abrangentes	(1.919)	(1.919)
Saldo em 30.06.12	2.331.340	2.426.729

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis trabalhistas e tributários, conforme demonstrados a seguir:

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Trabalhista	826.428	718.060	921.655	789.705
Tributário	1.501.647	1.449.211	2.113.569	1.938.470
Cível	656.169	601.347	860.425	715.285
Total	2.984.244	2.768.618	3.895.649	3.443.460
Bloqueios judiciais	41.844	47.346	68.902	73.205
Total	3.026.088	2.815.964	3.964.551	3.516.665
Circulante	-	-	212.470	116.421
Não Circulante	3.026.088	2.815.964	3.752.081	3.400.244

b) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Totais
Saldos em 31.12.11 no ativo não circulante	718.060	1.449.211	601.347	47.346	2.815.964
Ingressos	90.117	10.280	50.870	135.422	286.689
Baixas/reversões	(4.154)	(8.096)	(21.108)	(140.121)	(173.479)
Atualização monetária	22.616	55.036	19.262	-	96.914
Transferências	(211)	(4.784)	5.798	(803)	-
Saldos em 30.06.12 no ativo não circulante	826.428	1.501.647	656.169	41.844	3.026.088
	Consolidado				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Totais
Saldos em 31.12.11	789.705	1.938.470	715.285	73.205	3.516.665
Ingressos	111.879	115.900	151.129	143.493	522.401
Baixas/reversões	(4.875)	(9.686)	(33.596)	(143.279)	(191.436)
Atualização monetária	22.922	73.338	20.661	-	116.921
Transferências	2.024	(4.453)	6.946	(4.517)	-
Saldos em 30.06.12	921.655	2.113.569	860.425	68.902	3.964.551
Circulante	29.338	15.468	146.751	20.913	212.470
Não Circulante	892.317	2.098.101	713.674	47.989	3.752.081

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R\$1.501.647 (R\$1.449.211 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$2.113.569 (R\$1.938.470 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Na nota 19 – Provisões, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A controlada Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de junho de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$70.198 (R\$68.532 em 31 de dezembro de 2011). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$4.957 (R\$4.852 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$129.695 (R\$123.228 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa.

Em 30 de junho de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$794.644 (R\$767.530 em 31 de dezembro de 2011). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

Notas Explicativas

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (b) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); (c) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; e (d) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não homologadas pela Receita Federal do Brasil e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$47.458 (R\$46.051 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$54.225 (R\$61.469 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e (b) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF).

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$23.449 (R\$22.617 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$24.698 (R\$23.866 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$33.727 (R\$31.053 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$363.830 (R\$254.328 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999.

Em 30 de junho de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$77.067 (R\$75.278 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 30 de junho de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$64.390 (R\$62.154 em 31 de dezembro de 2011). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 30 de junho de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$48.212 (R\$46.770 em 31 de dezembro de 2011). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (a) não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e (b) não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$313.945 (R\$291.019 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$323.778 (R\$299.545 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Controladora), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 30 de junho de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$20.549 (R\$20.220 em 31 de dezembro de 2011). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

Notas Explicativas

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) ICMS declarado e não pago; (b) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (c) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (d) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (e) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (f) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$166 (R\$33 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$33.572 (R\$29.974 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (b) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (c) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (d) diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% - Seguro Acidente de Trabalho); (e) taxa de uso do solo; (f) contribuições previdenciárias referente a suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (g) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$73.084 (R\$81.634 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$108.710 (R\$105.576 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Propaganda e publicidade	6.758	817	117.329	171.566
Taxa Fistel (a)	-	-	485.799	-
Aluguéis	11.578	8.520	45.933	24.126
Seguros	1.538	6.452	9.867	10.289
Manutenção de software	12.798	13.161	30.092	14.503
Encargos financeiros	-	-	4.148	3.426
Impostos, taxas e contribuições	15.388	326	20.022	974
Outras	6.662	8.429	27.122	30.172
Total circulante	54.722	37.705	740.312	255.056
Propaganda e publicidade	-	-	4.609	835
Aluguéis	13.498	15.202	22.207	19.618
Seguros	647	860	1.320	1.695
Encargos financeiros	-	-	4.648	5.317
Outras	1.984	2.228	9.143	4.673
Total não circulante	16.129	18.290	41.927	32.138

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2012 que foram pagos no primeiro semestre e serão amortizados até o final do exercício.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Adiantamentos a empregados e fornecedores	42.207	47.889	71.268	62.123
Créditos com partes relacionadas (nota 31)	206.745	190.333	34.994	40.285
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	31.201	53.408
Crédito com fornecedores	-	7.050	332.898	184.748
Outros ativos	33.695	43.015	85.857	83.248
Total circulante	282.647	288.287	556.218	423.812
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	50.023	52.248
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 35)	452	13.819	452	13.819
Superávit plano de pensão	43.779	29.621	44.835	31.210
Créditos com partes relacionadas (nota 31)	47.957	37.068	18.364	20.214
Outros ativos	50.650	28.713	28.359	30.802
Total não circulante	142.838	109.221	142.033	148.293

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

	Saldos em 31.12.11	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	Saldos em 30.06.12
Participações em controladas (I)	10.001.448	3.652	1.620.591	(1.231.531)	(778)	-	10.393.382
Aliança Atlântica Holding B.V.	52.023	-	761	(1.140)	2.074	-	53.718
A. Telecom S.A.	722.857	-	4.605	-	-	-	727.462
Companhia AIX de Participações	64.775	-	464	-	-	-	65.239
Companhia ACT de Participações	3	-	(2)	-	-	-	1
Telefônica Data S.A.	198.555	-	(68.010)	-	-	-	130.545
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	213.387	-	(25.415)	-	-	-	187.972
Vivo S.A.	8.685.946	-	1.730.489	(1.230.391)	(2.852)	-	9.183.192
GTR Participações e Empreendimentos S.A. (b)	2.073	776	(539)	-	-	-	2.310
Lemontree Participações S.A. (b)	19.681	2.876	(7.166)	-	-	-	15.391
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	35.517	-	(12.332)	-	-	-	23.185
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.631	-	(2.264)	-	-	-	4.367
Ágios(I)	10.208.980	-	-	-	-	-	10.208.980
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH)	212.058	-	-	-	-	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda.	71.892	-	-	-	-	-	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A.	780.693	-	-	-	-	-	780.693
Vivo Participações S. A.	7.169.577	-	-	-	-	-	7.169.577
Telemig Celular S. A.	133.896	-	-	-	-	-	133.896
Telemig Celular Participações S. A.	1.485.172	-	-	-	-	-	1.485.172
Global Telecom S. A.	204.762	-	-	-	-	-	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A.	150.930	-	-	-	-	-	150.930
Outras participações (*) (a) (I) (II)	35.455	-	-	-	(5.174)	(6.704)	23.577
Zon Multimídia – partic. Direta (c)	6.737	-	-	-	(33)	(6.704)	-
Outros investimentos	28.718	-	-	-	(5.141)	-	23.577
Total de investimentos controladora (I)	20.245.883	3.652	1.620.591	(1.231.531)	(5.952)	(6.704)	20.625.939
Outras participações(a) (II)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-
Zon Multimídia – partic. Indireta (c)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-
Total de investimentos consolidado(II)	37.835	-	-	-	(5.674)	(8.584)	23.577

(I) Investimentos na controladora

(II) Investimentos consolidados

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2011 conforme comentado na nota 2.d.

(c) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou sua participação societária na ZON (nota 2f).

Controladas consolidadas proporcionalmente

A Companhia tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais são consolidadas proporcionalmente.

A proporção correspondente à Companhia dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro 2011, incluídos nas ITRs consolidadas estão demonstrados abaixo:

	30.06.12			31.12.11		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	2	8.379	54.869	4	3.501	49.655
Ativo não circulante	-	62.129	-	-	65.461	2.378
Passivo circulante	1	3.466	1.151	1	2.338	10
Passivo não circulante	-	1.803	-	-	1.849	-
Patrimônio líquido	1	65.239	53.718	3	64.775	52.023

	30.06.12			30.06.11		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Receitas	15	13.522	2.713	15	13.864	749
Despesas	(17)	(13.058)	(1.952)	(13)	(12.394)	-
Lucro Líquido do período	(2)	464	761	2	1.470	749

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

12.a) Composição

Em 30 de junho de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.482.360	(10.329.998)	1.152.362	15.151.631	(13.069.325)	2.082.306
Equipamentos e meios de transmissão	20.103.342	(15.965.101)	4.138.241	30.081.554	(23.152.925)	6.928.629
Equipamentos terminais/Modem	4.986.354	(3.942.890)	1.043.464	9.437.985	(7.795.861)	1.642.124
Infraestrutura	8.545.096	(5.973.847)	2.571.249	13.163.774	(8.747.000)	4.416.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	999.086	(799.256)	199.830
Outros	1.384.516	(1.204.404)	180.112	3.599.406	(2.796.125)	803.281
Provisões para perda	(17.161)	-	(17.161)	(24.909)	-	(24.909)
Bens e instalações em andamento	647.200	-	647.200	1.084.315	-	1.084.315
Total	47.131.707	(37.416.240)	9.715.467	73.492.842	(56.360.492)	17.132.350

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.445.943	(10.204.823)	1.241.120	15.084.380	(13.133.295)	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	19.802.238	(15.738.322)	4.063.916	30.051.932	(23.289.097)	6.762.835
Equipamentos terminais/Modem	4.634.852	(3.671.023)	963.829	8.830.900	(7.283.847)	1.547.053
Infraestrutura	8.483.629	(5.837.164)	2.646.465	13.124.946	(8.504.974)	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	907.865	(728.696)	179.169
Outros	1.384.460	(1.176.466)	207.994	3.546.825	(2.758.443)	788.382
Provisões para perda	(17.467)	-	(17.467)	(23.435)	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	585.660	-	585.660	1.328.859	-	1.328.859
Total	46.319.315	(36.627.798)	9.691.517	72.852.272	(55.698.352)	17.153.920

12.b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transf. líquidas (b)	Depreciação	Saldo em 30.06.12
Equipamentos de comutação	1.241.120	18.995	-	17.422	(125.175)	1.152.362
Equipamentos e meios de transmissão	4.063.916	185.718	-	114.982	(226.375)	4.138.241
Equipamentos terminais/Modem	963.829	348.212	-	(2.927)	(265.650)	1.043.464
Infraestrutura	2.646.465	9.085	-	52.382	(136.683)	2.571.249
Outros	207.994	58	-	1	(27.941)	180.112
Provisões para perda (a)	(17.467)	306	-	-	-	(17.161)
Bens e instalações em andamento	585.660	256.210	(11.690)	(182.980)	-	647.200
Total	9.691.517	818.584	(11.690)	(1.120)	(781.824)	9.715.467

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transf. líquidas (b)	Depreciação	Saldo em 30.06.12
Equipamentos de comutação	1.951.085	33.152	(9.818)	325.955	(218.068)	2.082.306
Equipamentos e meios de transmissão	6.762.835	168.547	19.570	501.611	(523.934)	6.928.629
Equipamentos terminais/Modem	1.547.053	629.983	(499)	(22.252)	(512.161)	1.642.124
Infraestrutura	4.619.972	23.729	(67.603)	191.874	(351.198)	4.416.774
Materiais e equip. de televisão	179.169	62.322	-	21.789	(63.450)	199.830
Outros	788.382	97.437	(1.623)	38.231	(119.146)	803.281
Provisões para perda (a)	(23.435)	(1.474)	-	-	-	(24.909)
Bens e instalações em andamento	1.328.859	834.037	(11.664)	(1.066.917)	-	1.084.315
Total	17.153.920	1.847.733	(71.637)	(9.709)	(1.787.957)	17.132.350

- (a) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (R\$1.526) e receitas diferidas (R\$8.183, referente ao valor residual da reserva técnica de 210 torres).

Notas Explicativas

12.c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Materiais e equipamentos de televisão	8,00 a 20,00
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

12.d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante consolidado de R\$112.817 (R\$70.317 em 31 de dezembro de 2011).

13. INTANGÍVEL LÍQUIDO

13.a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	16.181.221	16.565.398	19.397.944	19.828.404
Total	16.181.221	16.565.398	29.623.224	30.053.684

A seguir apresentamos a abertura dos ágios em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	R\$ mil
Ajato Telecomunicações Ltda.	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	16.151
Total	10.225.280

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
 (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
 (c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytrees) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
 (d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
 (e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

O saldo de outros intangíveis estava composto como segue em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.143.994	(2.533.630)	610.364	9.189.599	(7.209.931)	1.979.668
Carteira de clientes	1.990.278	(255.357)	1.734.921	2.114.561	(379.641)	1.734.920
Marcas e Patentes	1.601.408	(64.665)	1.536.743	1.643.512	(106.768)	1.536.744
Licença	12.644.000	(348.000)	12.296.000	15.937.573	(1.909.046)	14.028.527
Fundo de comércio	-	-	-	23.898	(23.898)	-
Outros	187.711	(184.518)	3.193	712.695	(686.365)	26.330
Softwares em andamento	-	-	-	91.755	-	91.755
Total	19.567.391	(3.386.170)	16.181.221	29.713.593	(10.315.649)	19.397.944

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.003.719	(2.411.994)	591.725	8.744.914	(6.883.758)	1.861.156
Carteira de clientes	1.990.278	(127.447)	1.862.831	2.114.561	(251.730)	1.862.831
Marcas e Patentes	1.601.408	(22.562)	1.578.846	1.643.511	(64.665)	1.578.846
Licença	12.644.000	(116.000)	12.528.000	15.937.373	(1.577.392)	14.359.981
Fundo de comércio	-	-	-	38.800	(31.116)	7.684
Outros	187.711	(183.715)	3.996	683.021	(658.554)	24.467
Software em Andamento	-	-	-	133.439	-	133.439
Total	19.427.116	(2.861.718)	16.565.398	29.295.619	(9.467.215)	19.828.404

13.b) Movimentação

	Controladora				
	Saldo em 31.12.11	Adições	Transferências líquidas (a)	Amortização	Saldo em 30.06.12
Softwares	591.725	139.155	1.120	(121.636)	610.364
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	(127.910)	1.734.921
Marcas e patentes	1.578.846	-	-	(42.103)	1.536.743
Licença	12.528.000	-	-	(232.000)	12.296.000
Outros	3.996	-	-	(803)	3.193
Total	16.565.398	139.155	1.120	(524.452)	16.181.221

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização	Saldo em 30.06.12
Softwares	1.861.156	292.480	(23)	203.199	(377.144)	1.979.668
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	-	(127.911)	1.734.920
Marcas e Patentes	1.578.846	-	-	-	(42.102)	1.536.744
Licença	14.359.981	200	-	-	(331.654)	14.028.527
Fundo de comércio	7.684	-	-	(7.684)	-	-
Outros	24.467	5.776	-	-	(3.913)	26.330
Softwares em andamento	133.439	159.989	-	(201.673)	-	91.755
Total	19.828.404	458.445	(23)	(6.158)	(882.724)	19.397.944

(a) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (R\$1.526) e despesas antecipadas (Fundo de comércio, R\$7.684).

13.c) Taxas de amortização

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Controladora	Consolidado
Direito de uso de <i>software</i>	20,00	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	10,00	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00	5,00
Licenças	3,60 a 20,00	3,60 a 20,00
Fundo de comércio	-	Conforme prazos contratuais
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	10,00 a 20,00

Notas Explicativas

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Salários e remunerações	38.266	36.817	51.191	40.651
Encargos e benefícios sociais	121.274	95.222	273.043	223.359
Participação de empregados nos resultados	47.075	112.392	104.428	214.983
Outros	-	7	-	16.631
Total	206.615	244.438	428.662	495.624

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Fornecedores diversos (a)	1.639.449	1.931.462	4.343.683	5.339.947
Valores a repassar	59.919	61.694	134.968	146.437
Interconexão / Interligação	351.846	403.831	536.515	521.901
Assistência técnica	-	-	30.438	29.030
Total	2.051.214	2.396.987	5.045.604	6.037.315

- (a) O montante consolidado em 31.12.11 está ajustado em R\$44.296, referente ao "ônus do contrato de renovação das licenças de autorização" da Vivo, transferido para "Outras Obrigações" (nota 21) .

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Tributos sobre a renda	-	-	193.600	129.610
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	193.600	129.610
Tributos indiretos	539.417	732.577	1.838.125	1.995.452
ICMS (b)	431.717	588.631	1.454.460	1.585.884
PIS e COFINS	89.074	118.295	286.748	319.981
Fust e Funttel	11.441	18.050	31.166	38.306
Outros	7.185	7.601	65.751	51.281
Total	539.417	732.577	2.031.725	2.125.062
Circulante	508.193	700.187	1.573.727	1.691.991
Não circulante	31.224	32.390	457.998	433.071

- (a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
- (b) A parcela do não circulante, inclui o valor de R\$406.731 em 30 de junho de 2012 (R\$380.271 em 31 de dezembro de 2011) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 – Empréstimos e Financiamentos

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30.06.12 (*)	31.12.11 (*)	30.06.12 (*)	31.12.11 (*)
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP (**)	TJLP+3,73%	Até 2015	1.132.638	1.327.147	1.132.638	1.327.147
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP (**)	TJLP+1,73%	Até 2015	61.298	71.821	61.298	71.821
Financiamento – BNDES	BRL	5,50%	Até 2021	1.934	1.912	1.934	1.912
Empréstimo – Mediocredito	US\$	1,75%	Até 2014	12.189	14.027	12.189	14.027
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	Até 2012	-	91.570	-	91.570
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	Até 2013	313.181	282.205	313.181	282.205
Financiamento – BNDES (b)	URTJLP (**)	TJLP+0% a 4,30%	Até 2019	-	-	1.488.308	1.659.858
Financiamento – BNDES	UMBND (***)	5,97%	Até 2019	-	-	220.626	194.276
Financiamento – BNDES (c)	R\$	4,50% a 5,50%	Até 2020	-	-	154.732	135.471
Empréstimos - Banco Europeu de investimentos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	Até 2015	-	-	769.988	707.975
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil – BNB	R\$	10,00%	Até 2016	-	-	386.532	438.279
Comissão BBVA	-	0,43%	Até 2015	-	-	235	221
Financiamento - BNDES	URTJLP (**)	TJLP+5,0%	Até 2015	-	-	2.143	-
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP (**)	TJLP+5,70%	Até 2016	-	-	2.677	2.071
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP (**)	TJLP+9,70%	Até 2016	-	-	2.206	2.341
Financiamento - BNDES PSI (c)	R\$	5,50% e 8,70%	Até 2016	-	-	26.581	17.628
Financiamento - Leasing	R\$	14,70%	2013	-	-	547	726
Total				1.521.240	1.788.682	4.575.815	4.947.528
Circulante				418.725	510.899	915.311	988.413
Não circulante				1.102.515	1.277.783	3.660.504	3.959.115

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

(**) URTJLP – Unidade de referencia da taxa de juros de longo prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.

(***) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- a) Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Telefônica Brasil para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- b) Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha serão destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014 onde serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal mensais e sucessivas em 60 prestações.

Notas Explicativas

Como dois dos cinco sub-créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 30 de junho de 2012 de R\$19.870 (R\$21.418 em 31 de dezembro de 2011).

Até 30 de junho de 2012 foram liberados R\$1.004.177 (R\$1.004.177 em 31 de dezembro de 2011).

- c) Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no valor de até R\$319.927 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 30 de junho de 2012 foram liberados R\$184.489.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 30 de junho de 2012 de R\$26.442 (R\$29.007 em 31 de dezembro de 2011).

Com o processo de conferência de acervo patrimonial (nota 2.1.b), a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R\$28.205 em 30 de junho de 2012 (R\$24.848 em 31 de dezembro de 2011).

- d) Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo TV São Paulo no valor total de R\$40.163 junto ao BNDES. Até 30 de junho de 2012 foram liberados R\$34.382 (R\$24.237 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de junho de 2012 em R\$2.694 (R\$2.401 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

- e) Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R\$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 30 de junho de 2012 o saldo era de R\$1.934 (R\$1.912 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de junho de 2012 em R\$353 (R\$376 em 31 de dezembro de 2011).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de junho de 2012 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à U\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Notas Explicativas

17.2 – Debêntures

	Controladora/Consolidado			30.06.12	31.12.11
	Moeda	Encargos	Vencimento		
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI	Até 2012	-	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	Até 2013	752.484	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	Até 2014	95.149	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	Até 2021	69.769	67.935
Custo de emissões	R\$			(1.390)	(1.981)
Total				916.012	1.256.431
Circulante				118.270	468.624
Não circulante				797.742	787.807

Captação pela Vivo Part.

2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Part. emitiu, em 1º de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1º de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,0% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

2ª Série

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part. de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Vivo Part. resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Vivo Part. fizeram jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI *over* extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da “escritura de 2ª emissão”.

Notas Explicativas

Em 13 de abril de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração o resgate antecipado das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. O resgate ocorreu em 2 de maio de 2012, foram resgatadas a totalidade das debêntures, quantidade de 21.936 no valor de R\$219.360, nos seguintes termos e condições: as debêntures foram resgatadas e canceladas, o resgate foi realizado pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida até a data do pagamento e não houve pagamento de prêmio, pois a data do resgate coincidiu com a data do vencimento da repactuação. O restante das debêntures em circulação foram recompradas nos dias 9 e 10 de abril de 2012, nas quantidades de 539 e 11.548 respectivamente, totalizando R\$120.870, considerando a Cláusula de Aquisição Facultativa da Escritura e posteriormente canceladas.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de junho de 2012 era de R\$1.390 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2011), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 29 de julho de 2011, ocorreu a deliberação sobre a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig (empresa incorporada em 1º de junho de 2010), no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

17.3 – Cronograma de pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2012 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	1.164.476	1.400.002
2014	494.671	1.132.848
2015	170.151	971.527
2016	36	277.771
2017 em diante	70.923	676.098
Total	1.900.257	4.458.246

17.4 – Cláusulas restritivas

A Companhia e a Vivo possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de junho de 2012 era de R\$2.902.870 (R\$3.253.102 em 31 de dezembro de 2010). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

Notas Explicativas

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de junho de 2012 era de R\$846.243 (R\$842.026 em 31 de dezembro de 2011), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 30 de junho de 2012 era de R\$69.769 (R\$67.935 em 31 de dezembro de 2011), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de aut falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

17.5 - Garantias

Em 30 de junho de 2012, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.488.308 (URTJLP) R\$220.626 (UMBND) R\$154.732 (Contrato PSI - Vivo)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2007) R\$668.962: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R\$154.732: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R\$1.039.973: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$769.988	<ul style="list-style-type: none"> • Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$386.532	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. • Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora	
	30.06.12	31.12.11
Vivo S.A.	202.298	171.907
Aliança Atlântica Holding B.V.	1.140	-
Companhia AIX de Participações	772	772
Total	204.210	172.679

Notas Explicativas

b) Movimentação dos saldos a receber:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31.12.11	172.679
Dividendos complementares de investidas de 2011	726.531
Dividendos intermediários de investidas de 2012	505.000
Recebimentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.200.000)
Saldo em 30.06.12	<u>204.210</u>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de suas controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

c) Composição dos saldos a pagar:

	<u>Controladora/Consolidado</u>	
	<u>30.06.12</u>	<u>31.12.11</u>
Telefónica Internacional S.A.	262.002	156.589
SP Telecomunicações Participações Ltda.	164.452	126.283
Telefónica S. A.	216.658	129.489
Compañía de Telecomunicaciones de Chile S. A.	519	310
Acionistas não controladores (a)	649.874	560.315
Total	<u>1.293.505</u>	<u>972.986</u>

(a) Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos acionistas não controladores referem-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.11	972.986
Dividendos complementares de 2011, conforme AGO 11/04/2012	1.953.029
Prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(62.340)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.573.154)
Outros movimentos	2.984
Saldo em 30.06.12	<u>1.293.505</u>

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas, prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

19. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	460.733	425.486	572.334	526.210
Tributárias	1.268.679	1.146.930	1.862.366	1.606.735
Cíveis e regulatório	522.964	490.823	712.875	664.703
Subtotal	2.252.376	2.063.239	3.147.575	2.797.648
Provisão para benefícios pós-emprego (a)	301.720	291.178	321.319	308.893
Passivo contingente (b)	242.122	256.044	242.122	256.044
Provisão para desmobilização (c)	13.469	13.657	174.329	200.813
Total	2.809.687	2.624.118	3.885.345	3.563.398
Circulante	306.771	287.137	444.771	416.313
Não circulante	2.502.916	2.336.981	3.440.574	3.147.085

- (a) Refere-se às provisões atuariais para os planos de benefícios pós emprego, registradas pela Companhia e controladas (nota 34).
 (b) Decorrente do PPA gerado na aquisição do controle da Vivo Part.. em 2011 (nota 3).
 (c) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios base e imóveis administrativos da Companhia e controlada) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Os quadros a seguir demonstram as movimentações ocorridas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012:

	Controladora						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós-emprego	Passivo contingente (a)	Provisão para desmobilização	Total
Saldos em 31.12.11	425.486	1.146.930	490.823	291.178	256.044	13.657	2.624.118
Ingressos	39.979	72.223	47.240	12.946	-	-	172.388
Baixas por pagamento	(2.739)	(229)	(12.865)	(2.404)	-	-	(18.237)
Baixas por reversão	(10.032)	-	(25.886)	-	(18.319)	(188)	(54.425)
Atualização monetária	8.039	49.755	23.652	-	4.397	-	85.843
Saldos em 30.06.12	460.733	1.268.679	522.964	301.720	242.122	13.469	2.809.687
Circulante	38.642	-	268.129	-	-	-	306.771
Não circulante	422.091	1.268.679	254.835	301.720	242.122	13.469	2.502.916
	Consolidado						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós-emprego	Passivo contingente (a)	Provisão para desmobilização	Total
Saldos em 31.12.11	526.210	1.606.735	664.703	308.893	256.044	200.813	3.563.398
Ingressos	67.242	189.671	107.403	14.830	-	-	379.146
Baixas por pagamento	(18.538)	(702)	(63.765)	(2.404)	-	-	(85.409)
Baixas por reversão	(10.877)	(63)	(22.266)	-	(18.319)	(26.888)	(78.413)
Atualização monetária	8.297	66.725	26.800	-	4.397	404	106.623
Saldos em 30.06.12	572.334	1.862.366	712.875	321.319	242.122	174.329	3.885.345
Circulante	78.380	23.648	342.743	-	-	-	444.771
Não circulante	493.954	1.838.718	370.132	321.319	242.122	174.329	3.440.574

Notas Explicativas

19.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Provável	460.733	425.486	572.334	526.210
Possível	203.025	194.564	400.125	404.262

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes à estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

19.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Provável	1.268.679	1.146.930	1.862.366	1.606.735
Possível	5.982.731	6.032.640	12.001.675	11.679.158

Notas Explicativas

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (a) Contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados); (b) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela empresa; (c) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (d) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; (e) Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (f) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (g) TFI/TFF sobre estações móveis; (h) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (i) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (j) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pelas empresas; (k) compensação de FINSOCIAL; (l) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (m) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (n) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; (o) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). Em 30 de junho de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$1.256.417 (R\$1.146.219 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.771.641 (R\$1.530.789 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Tributos Estaduais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (a) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (b) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (c) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (d) ICMS sobre assinatura de TV; e (e) multa administrativa ambiental. Em 30 de junho de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$30 (R\$14 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$66.757 (R\$63.625 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Tributos Municipais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 30 de junho de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$12.232 (R\$697 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$16.147 (R\$4.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas

Referidas ações versam sobre: (a) IPTU; (b) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (c) Taxa de Vigilância, Controle e Fiscalização (TVCF).

Outras Provisões

Em 30 de junho de 2012, existiam provisões desvinculadas à demandas, administrativa ou judicial que versam sobre ISS referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. Em 30 de junho de 2012, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$7.821 (R\$7.790 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências tributárias possíveis

Tributos Federais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$1.367.244 (R\$1.620.268 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$3.085.398 (R\$3.185.747 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (a) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela empresa; (b) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (c) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições ao empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (d) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (e) PIS incidente sobre *roaming*; (f) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (g) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (h) glosa de custos e despesas diversas; (i) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (j) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (k) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (l) IRPJ sobre operações com derivativos; (m) Compensação de imposto sobre o lucro líquido; (n) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; (o) compensação da COFINS, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$3.142.116 (R\$2.934.325 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$4.562.533 (R\$4.172.479 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destaca-se: (a) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de modem *Speedy*; (b) ligações internacionais (DDI); (c) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; (d) falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (e) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (f) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; (g) *co-billing*, (h) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (i) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (j) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (k) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (l) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (m) cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); (n) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (o) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (p) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (q) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (r) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e (s) estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de junho de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$375.111 (R\$329.477 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$527.962 (R\$471.876 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destaca-se: (a) ISS – atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementares; (b) ISS retenção na fonte; (c) IPTU; (d) Taxa de Uso do Solo; (e) diversas Taxas Municipais; (f) tarifa de Uso da Rede Móvel (TU-M), locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (j) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

ANATEL

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Mandados de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$695.848 (R\$718.010 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.739.937 (R\$1.719.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FUNTTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. Em 30 de junho de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$185.733 (R\$232.343 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$591.483 (R\$622.606 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa. Em 30 de junho de 2012, os valores envolvidos totalizavam R\$216.520 (R\$197.666 em 31 de dezembro de 2011) no controladora com depósito integral e R\$1.492.115 (R\$1.504.365 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 30 de junho de 2012, o valor envolvido totalizava R\$2.088 (R\$1.977 em 31 de dezembro de 2011).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (EBC)

Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil – Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial.

Em 30 de junho de 2012, os valores envolvidos totalizavam R\$159 (R\$551 em 31 de dezembro de 2011) na controladora, com depósito no montante integral (R\$577 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

19.3 Provisões e Contingências Cíveis/Regulatórias

	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
Grau de Risco	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Provável	522.964	490.823	712.875	664.703
Possível	2.214.546	1.429.616	2.789.158	1.978.973

Provisões cíveis

a) A Companhia e suas controladas são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; De igual modo, as empresas, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2012, foi provisionado o montante de R\$208.183 (R\$191.960 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$372.552 (R\$341.351 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

b) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base, para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 30 de junho de 2012, foi provisionado o montante consolidado de R\$77.823 (R\$81.539 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias

Em 30 de junho de 2012 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante de R\$262.500 (R\$236.958 na controladora, sendo R\$201.573 referente à provisão dos processos administrativos e R\$35.385 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados) em 30 de junho de 2012 e R\$241.813 (R\$217.324 na controladora, sendo R\$183.073 referente à provisão dos processos administrativos e R\$34.251 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados) em 31 de dezembro de 2011 .

Contingências cíveis possíveis

a) Plano Comunitário de Telefonia – PCT: Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$215.942. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese restabelecimento ao “status quo” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilícitos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

c) Ações Cíveis Públicas propostas pela (i) ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo e pela (ii) FENAPAS - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação, ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS-espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilícitos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

Notas Explicativas

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$979.745 no consolidado e R\$420.472 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

f) A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), nas quais, a análise do grau de risco de perda possível, feita pelos assessores legais representa um montante de R\$25.526, sendo R\$10.200, relativos a demandas que envolvem a empresa controladora.

g) Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda, empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por royalties, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, ainda sem julgamento, bem como interposto recurso de Apelação em face da Sentença, também no aguardo de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de advogados externos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

Notas Explicativas

h) Validade de plano pré-pago: A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de advogados externos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para o qual a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de advogados externos.

i) Departamento de Estradas de Rodagem do estado de São Paulo (DER): A Companhia ajuizou ação judicial em face do DER, autarquia estadual vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes, em que questiona a legitimidade de cobrança pela utilização de área de rodovias para a passagem dos cabos que sustentam o serviço de telefonia prestado pela Companhia. A ação foi julgada desfavorável em primeira e segunda instâncias, sendo revertida no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, que julgou a ação totalmente favorável à Companhia, por entender pela ilegalidade da cobrança pelo uso de faixas de domínio por parte do DER. Há recurso de embargos de declaração opostos pelo DER pendente de julgamento. Em razão da decisão do STJ e com base na opinião dos advogados externos, o grau de risco no presente caso é possível. Em 30 de junho de 2012, o montante envolvido era de R\$270.859.

Contingências regulatórias possíveis

a) A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível na controladora no montante total de R\$992.190 (sendo R\$991.234 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$956 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados).

b) A Companhia mantêm ainda na esfera judicial, com avaliação de risco de perda possível o montante total de R\$34.037 (sendo R\$34.024 na controladora).

c) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP: De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Notas Explicativas

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

d) Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos V do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todo da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em instrução, para posterior julgamento.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Caso o CADE venha a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, estima-se que a multa pode variar de 0,1% a 0,5% do faturamento bruto da Vivo em 2006. Todavia na remota hipótese do CADE entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, estima-se que a multa poderá variar entre 10 e 15% do faturamento bruto da Vivo em 2006.

Vale ressaltar que a Lei nº 12.529/12 entrou em vigor no dia 29 de maio de 2012 e ainda não existem casos decididos pelo CADE, aplicando os novos critérios. A estimativa aqui indicada se baseia em uma conta proporcional que considerou jurisprudência anterior e os critérios da Lei nº 8884/94.

19.4. Garantias

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	112.817	3.895.649	1.763.714
Saldo final	112.817	3.895.649	1.763.714

Além das garantias citadas no quadro anterior, em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam valores em garantia a processos judiciais (contas correntes bancárias e/ou aplicações financeiras bloqueadas judicialmente) no montante de R\$68.902 (R\$73.205 em 31 de dezembro de 2011), conforme divulgado na nota 8.

20. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Receita de habilitação (a)	63.519	67.672	63.519	67.672
Cartões indutivos	8.726	15.783	8.726	15.783
Serviços e mercadorias (b)	-	-	585.893	583.751
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.318	8.322
Programa de fidelização (e)	-	-	80.584	68.821
Outras receitas	2.078	1.457	16.798	16.919
Total circulante	74.367	84.956	763.838	761.268
Receita de habilitação (a)	38.509	30.792	38.509	30.792
Serviços e mercadorias (b)	-	-	113.969	48.095
Doações de equipamentos (c)	-	-	19.431	22.638
Subvenções governamentais (d)	309	331	41.041	44.880
Outras receitas	7.221	7.493	9.183	9.861
Total não circulante	46.039	38.616	222.133	156.266

- Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

Notas Explicativas

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Retenções de terceiros	47.639	155.503	123.111	252.807
Valores a restituir a assinantes	61.183	53.882	75.399	59.265
Arrendamento mercantil (a)	11.669	11.669	11.669	11.669
Dívidas com partes relacionadas (nota 31)	100.124	138.900	34.359	66.490
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1) (b)	48.784	-	114.455	44.296
Outros credores	20.453	14.654	34.501	32.087
Total circulante	289.852	374.608	393.494	466.614
Arrendamento mercantil (a)	2.763	9.398	2.763	9.398
Dívidas com partes relacionadas (nota 31)	4.510	5.119	4.500	4.976
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13.976	15.160	14.019	15.160
Mútuo assunção de dívida e parcelamento	-	-	20.530	21.587
Outros credores	15.000	15.262	16.929	17.137
Total não circulante	36.249	44.939	58.741	68.258

(a) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

(b) O montante consolidado em 31.12.11 está ajustado em R\$44.296, referente ao "ônus do contrato de renovação das licenças" da Vivo, transferido de "Fornecedores" (nota 15), .

b) Arrendamento mercantil

	30.06.12	31.12.11
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	15.125	23.920
Despesa financeira não realizada	(693)	(2.853)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	14.432	21.067
Circulante	11.669	11.669
Não circulante	2.763	9.398

Cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	3.456	2.763
Total	15.125	14.432

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período findo em 30 de junho de 2012.

c) Compromissos e garantias (aluguéis)

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a controlada Vivo é arrendadora de diversas lojas e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 30 de junho de 2012, os valores totais equivalentes ao período integral do contrato, são de R\$4.580.520 e R\$8.745.860, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel, lojas e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

Notas Explicativas

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	268.770	973.581
Um ano até cinco anos	2.581.733	4.969.657
Mais de cinco anos	1.730.017	2.802.622
Total	4.580.520	8.745.860

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social realizado em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	<u>30.06.12</u>	<u>31.12.11</u>
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	381.587.111
Preferenciais	744.014.819	744.014.819
Total	1.125.601.930	1.125.601.930
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(251.440)	(239.740)
Preferenciais	(2.081.246)	(1.477.546)
Total	(2.332.686)	(1.717.286)
Ações em circulação		
Ordinárias	381.335.671	381.347.371
Preferenciais	741.933.573	742.537.273
Total	1.123.269.244	1.123.884.644
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	38,63	38,55

Segundo o Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do estatuto social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Part. pela Companhia, aprovada em assembleia do dia 27 de abril de 2011 (nota 3) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

b. Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPCs, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Conseqüentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR (descrito na nota 2.1e), resultou no montante de R\$40.519. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2012 era de R\$70.448 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2011).

c. Reservas de Capital

Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva (R\$47.723), poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.735.930.

Notas Explicativas

Ações em tesouraria

Em 7 de novembro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 6 de novembro de 2012, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e até no máximo de 25.207.477 ações preferenciais.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinária e preferenciais, sendo o valor até 30 de junho de 2012 de R\$94.385, sendo que o custo médio de aquisição foi de R\$44,74 para as ações ordinárias e R\$48,82 para as ações preferenciais, que correspondem a 40.700 ações ordinárias e 1.896.000 ações preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2012 era de R\$112.107 (R\$79.339 em 31 de dezembro de 2011).

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$877.322.

e. Dividendo adicional proposto

Em 11 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2011 ainda não destinado, no montante de R\$1.888.152, mais os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$107.874 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$(42.997) que totalizam o valor de R\$1.953.029, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 11 de abril de 2012.

A partir de 2 de maio de 2012, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.075.550 e o restante será pago até 21 de dezembro de 2012, em uma ou mais parcelas, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.953.029.

Notas Explicativas

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Serviço de telefonia	6.030.532	7.849.167	13.160.673	10.469.772
Uso de rede	458.660	266.187	2.231.179	1.386.037
Dados e SVAs	2.585.681	2.477.848	6.911.101	4.352.707
Serviços de TV por assinatura	-	-	417.406	417.369
Outros serviços (a)	377.499	289.081	602.471	548.545
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	1.155.627	780.347
Receita operacional bruta	9.452.372	10.882.283	24.478.457	17.954.777
ICMS	(1.826.507)	(2.347.561)	(4.927.599)	(3.658.734)
PIS e COFINS	(338.157)	(391.286)	(996.702)	(731.231)
ISS	(11.154)	(12.048)	(22.438)	(24.287)
Descontos e devoluções	(831.113)	(679.499)	(1.973.908)	(1.304.944)
Deduções da receita operacional bruta	(3.006.931)	(3.430.394)	(7.920.647)	(5.719.196)
Receita operacional líquida	6.445.441	7.451.889	16.557.810	12.235.581

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para o 1º semestre de 2012 foram de R\$20.829 e R\$8.812 para o 2º trimestre de 2011 (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Depreciação e amortização	(1.040.434)	(848.581)	(2.012.085)	(1.482.821)
Pessoal	(138.793)	(131.288)	(245.172)	(180.896)
Interconexão	(1.641.593)	(2.153.648)	(2.060.310)	(2.249.409)
Serviços de terceiros	(797.643)	(814.250)	(1.548.323)	(1.237.729)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a) (b)	63.722	(187.192)	(351.668)	(351.712)
Impostos, taxas e contribuição	(85.696)	(109.526)	(871.986)	(444.580)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	(48.784)	(37.571)	(81.555)	(51.583)
Outros	(24.674)	(25.463)	(83.825)	(40.300)
Total de custos dos serviços prestados	(3.713.895)	(4.307.519)	(7.254.924)	(6.039.030)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(827.910)	(457.945)
Total	(3.713.895)	(4.307.519)	(8.082.834)	(6.496.975)

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para o 1º semestre de 2012 foram de R\$20.829 e R\$8.812 para o 2º trimestre de 2011 (nota 23).

(b) No primeiro semestre de 2012, a Companhia reverteu provisão junto ao departamento de Estradas de Rodagens (DER) referente ao uso de faixas de domínio em rodovias no montante de R\$244.462.

Notas Explicativas**25. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Depreciação e amortização	(236.368)	(68.989)	(458.421)	(248.510)
Pessoal	(241.360)	(239.694)	(681.420)	(416.683)
Serviços de terceiros	(859.126)	(899.740)	(2.196.125)	(1.516.367)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 5)	(145.434)	(153.005)	(340.387)	(217.012)
Aluguéis/seguros/condomínio	(2.772)	(5.208)	(52.313)	(25.685)
Publicidade e propaganda	(89.599)	(108.260)	(408.100)	(256.590)
Doações e patrocínios	-	-	(137.257)	(91.340)
Outros	(22.715)	(7.136)	(64.696)	(26.711)
Total	(1.597.374)	(1.482.032)	(4.338.719)	(2.798.898)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Depreciação e amortização	(29.474)	(34.510)	(200.175)	(136.458)
Pessoal	(143.775)	(116.435)	(332.285)	(212.819)
Serviços de terceiros	(173.454)	(110.872)	(432.513)	(248.024)
Aluguéis/seguros/condomínios	(16.974)	(10.663)	(95.162)	(41.619)
Outros	(11.859)	(5.857)	(47.684)	(18.563)
Total	(375.536)	(278.337)	(1.107.819)	(657.483)

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Multas e despesas recuperadas	84.199	110.241	192.388	156.220
Doações e patrocínios	(4.020)	(6.450)	(4.020)	(6.450)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(182.433)	(85.892)	(279.368)	(131.506)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	(7.447)	75.318	380.699	106.595
Serviços técnicos administrativos	17.720	20.420	15.287	17.456
Outras despesas	(4.698)	(33.566)	(63.902)	(31.645)
Total	(96.679)	80.071	241.084	110.670
Outras receitas operacionais	149.873	283.785	740.239	442.025
Outras despesas operacionais	(246.552)	(203.714)	(499.155)	(331.355)
Total	(96.679)	80.071	241.084	110.670

- (a) No primeiro semestre de 2012, a Vivo realizou operações para alienação de 1.500 torres de transmissão de sua propriedade, não estratégicas, transferindo a atividade de gestão e manutenção destas torres de telecomunicações para empresa especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$519.713 mil, tendo sido registradas receitas equivalentes a 1.290 torres pelo valor de R\$446.953 mil (R\$392.951 mil, líquido do valor residual).

Notas Explicativas**28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	34.433	76.043	117.422	156.342
Ganho com operações de derivativos	66.435	15.035	151.548	17.501
Juros ativos	83.102	31.638	102.747	50.625
Variações monetárias/cambiais ativas	102.151	98.371	207.029	157.053
Outras receitas financeiras	13.419	3.872	40.703	44.069
	299.540	224.959	619.449	425.590
Despesas financeiras				
Juros passivos	(176.454)	(95.226)	(314.350)	(182.338)
Perdas com operações de derivativos	(43.373)	(81.569)	(61.178)	(121.604)
Variações monetárias/cambiais passivas	(101.314)	(41.621)	(273.304)	(47.651)
Outras despesas financeiras	(25.881)	(17.540)	(100.100)	(79.510)
	(347.022)	(235.956)	(748.932)	(431.103)
Total	(47.482)	(10.997)	(129.483)	(5.513)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 30 de junho de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Lucro antes de impostos	2.235.066	2.071.727	3.140.039	2.387.382
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(759.922)	(704.387)	(1.067.613)	(811.710)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	551.001	210.342	-	-
Dividendos prescritos	(19.544)	-	(19.544)	-
Diferenças temporárias de controladas	-	-	(39.983)	(32.874)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(1.112)	(15.089)	(17.457)	3.913
Amortização ágio – troca de ações Telemig e Telemig Participações	-	-	-	15.242
Outras adições (exclusões)	38.076	(292)	46.708	5.754
Total geral (IRPJ + CSLL)	(191.501)	(509.426)	(1.097.889)	(819.675)
Taxa efetiva	9%	25%	35%	34%
IRPJ e CSLL corrente	-	500.193	638.398	776.758
IRPJ e CSLL diferido	191.501	9.233	459.491	42.917

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

Notas Explicativas

30. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos períodos. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011:

	<u>30.06.12</u>	<u>30.06.11</u>
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	2.043.565	1.562.301
Ordinários	650.556	492.880
Preferenciais	1.393.009	1.069.421
Número de Ações:	<u>1.123.660</u>	<u>726.060</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.341	244.260
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	742.319	481.800
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	1,71	2,02
Ações preferenciais	1,88	2,22

31. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas consolidadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da transação	30.06.12				Receitas	Custos de despesas
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	10.724	-	221.771	1.295	27.473	(574.841)
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	2	-	164.452	-	-	(3.206)
Telefônica de Espana S. A.	a) / e)	1.377	-	952	-	2.226	(1.789)
Telefônica Del Peru	b)	5.752	-	47	734	371	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda.	b) / c) / f)	2.100	293	4.274	8	1.176	(3.436)
Telefônica Internacional S.A.	b) / d) / f)	141	14.402	313.376	-	6	(7.642)
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	1.747	31	32.416	305	4.424	(57.318)
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	9.490	-	2.981	-	9.779	(5.615)
Telefônica Móviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.461	-	2.858	-	-	(1.410)
Telefônica S. A.	b) / d) / e) / f)	556	-	253.663	-	3.490	(75.783)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	15.946	961	12.807	1.573	2.755	(44.104)
Telefônica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	145	8	30.487	164	524	(42.576)
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	10.040	9	531	291	3.735	(1.364)
Outras	a) / c) / e) / f)	27.220	9	37.217	132	3.367	(10.958)
Total		90.701	15.713	1.077.832	4.502	59.326	(830.042)

Empresa	Natureza da transação	31.12.11				Receitas	Custos de despesas
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	14.720	-	186.692	338	13.876	(249.294)
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	4	-	126.283	-	-	(2.057)
Telefônica de España S. A.	a) / e)	5.320	-	3.997	-	1.384	(1.343)
Telefônica Del Peru	b)	10.663	-	61	700	2.048	-
Telefônica Internacional S. A.	b) / d) / f)	221	17.022	201.856	-	544	(147)
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	2.131	22	29.080	505	1.387	(19.114)
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	6.057	-	3.402	-	2.602	(3.553)
Telefônica Móviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.424	-	5.984	-	2.780	(2.687)
Telefônica S. A.	b) / d) / f)	482	1.591	172.229	-	405	(35.274)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	16.690	932	10.715	2.976	1.854	(21.342)
Telefônica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	163	-	36.610	144	-	(21.998)
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	9.505	16	1.100	-	390	(543)
Outras	a) / b) / c) / e) / f)	26.805	631	32.206	313	4.419	(2.571)
Total		98.185	20.214	810.215	4.976	31.689	(359.923)

Notas Explicativas

- a) Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações fixo e móvel, no qual destacamos as empresas Terra Networks Brasil S.A., Telefónica de Espanha S.A., Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Atento Brasil S.A e Telefónica Moviles Espana S.A., principalmente por chamadas de longa distância fixa e móvel, comunicação via celular local, interconexão e com a Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda, devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea e outras empresas do grupo.
- b) Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos principalmente por créditos junto à Telefónica Internacional S.A., Telefónica Del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda, Telefónica S. A. provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.
- c) Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração, suporte de centros de tele-atendimento e promotores de vendas; Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A.; manutenção de equipamentos de segurança e controle pela Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.
- d) Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica e dividendos e JSCP à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A.
- e) Receitas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como 0800, *Speedy*, longa distância nacional fixo e móvel com a Terra Networks Brasil S.A., Atento Brasil S.A. e Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, receita de infra-estrutura de rede locada para a Atento Brasil S.A. e serviços de telecomunicações fixo e móvel principalmente por chamadas de longa distância com Telefónica de Espanha S.A., Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Telefónica Moviles Espana S.A e outras empresas do grupo.
- f) O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A., serviços de administração de centros de atendimento, televendas e serviços mercadológicos prestados pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados pela Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda e Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, despesas de gerência, assistência técnica à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A.; manutenção de equipamentos de segurança e controle pela Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.

Notas Explicativas

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários no primeiro semestre findo em 30 de junho de 2012 foi de aproximadamente R\$8.598 (R\$6.128 em junho de 2011). Destes montantes, R\$8.090 (R\$4.436 em junho de 2011) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$508 (R\$1.692 em junho de 2011) a remuneração variável.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Companhia e suas subsidiárias:

	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4º ciclo 1º de julho de 2009	130.362	8,41	30 de junho de 2012

Após o vencimento do terceiro ciclo do plano, no mês de julho de 2011 foram entregues ao total de executivos da Companhia e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 189.763 ações.

Para o quarto ciclo do plano não haverá entrega de ações para os executivos da Companhia e suas subsidiárias decorrente do não cumprimento da condição de mercado pela evolução do *Total Shareholder Return* (TSR) da Telefônica ter sido inferior ao do terceiro quartil do Grupo de comparação. Os valores provisionados referente ao quarto ciclo serão reembolsados para o controlador para cobrir os custos da opção da ação feitos na data da constituição do plano.

A Companhia e suas controladas registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos trimestres encerrados em 30 de junho de 2012 e 2011:

<u>Planos</u>	<u>30.06.12</u>	<u>30.06.11</u>
PSP	7.443	8.656
PIP	1.947	-
GESP	2.888	1.342
Total	12.278	9.998

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A.

Os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Limites máximos de indenização</u>
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.643.130
Responsabilidade civil geral (RCG)	31.740
Seguro Garantia ANATEL	24.655

34. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo ^(a)</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil S.A.	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefônica Data, Telefônica Brasil, Vivo e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar
CELPREV	Híbrido	VisãoPrev (b)	Vivo

^(a) BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

^(b) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB ; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,14% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme discriminado abaixo:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
PBS Telesp	6,82
PBS Telesp Celular	7,16
PBS Tele Sudeste Celular	6,64
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,50

Notas Explicativas

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, e para os empregados da Vivo há um plano individual de contribuição definida o Plano Vivo Prev, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telefônica Brasil e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário para os participantes da Telefônica Brasil, e de 2% a 8% do salário para os participantes da Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Plano	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
CTB	33.793	34.615	33.793	34.615
PAMA	267.927	256.563	285.544	273.373
PBS	-	-	905	905
VIVO PREV	-	-	1.077	-
Total	301.720	291.178	321.319	308.893

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no grupo de outros ativos (nota 10).

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que serão realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 30 de junho de 2012.

	Controladora						
	Valor justo		amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Empréstimos e recebíveis				
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	477.986	-	-	477.986	477.986
Operações com derivativos	885	-	-	885	885	885	885
Não Circulante							
Participações Societárias	-	-	-	-	23.577	23.577	23.577
Operações com derivativos	-	55.111	-	55.111	55.111	55.111	55.111
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	452	452	452
Total de ativos financeiros	885	55.111	477.986	55.996	558.011	558.011	558.011

	Controladora						
	Valor justo		amortizado		Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas				
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	6.234	412.491	-	6.234	418.725	418.725	418.725
Debêntures (nota 17)	5.786	112.484	-	5.786	118.270	118.270	118.270
Operações com derivativos	885	-	9.984	10.869	10.869	10.869	10.869
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	319.136	783.379	-	319.136	1.102.515	1.102.515	1.102.515
Debêntures (nota 17)	89.363	708.379	-	89.363	797.742	797.742	797.742
Operações com derivativos	-	-	7.459	7.459	7.459	7.459	7.459
Total de passivos financeiros	421.404	2.016.733	17.443	438.847	2.455.580	2.455.580	2.455.580

	Consolidado						
	Valor justo		amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Empréstimos e recebíveis				
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	2.105.630	-	2.105.630	2.105.630	2.105.630
Operações com derivativos	2.086	1.492	-	3.578	3.578	3.578	3.578
Não Circulante							
Participações Societárias	-	-	-	-	23.577	23.577	23.577
Operações com derivativos	-	273.448	-	273.448	273.448	273.448	273.448
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	452	452	452
Total de ativos financeiros	2.086	274.940	2.105.630	277.026	2.406.685	2.406.685	2.406.685

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	41.135	874.176	-	41.135	915.311	915.311
Debêntures (nota 17)	5.786	112.484	-	5.786	118.270	118.270
Operações com derivativos	925	-	28.614	29.539	29.539	29.539
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	1.057.946	2.602.558	-	1.057.946	3.660.504	3.660.504
Debêntures (nota 17)	89.363	708.379	-	89.363	797.742	797.742
Operações com derivativos	-	-	35.425	35.425	35.425	35.425
Total de passivos financeiros	1.195.155	4.297.597	64.039	1.259.194	5.556.791	5.556.791

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	30.06.12	31.12.11
Zon Multimédia (a)	-	9.117
Outros investimentos	23.577	28.718
Total	23.577	37.835

(a) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Conforme permitido pelo CPC 37, a Companhia e suas controladas não divulgaram informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

Notas Explicativas

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2012, 24% (19,32% em 31 de dezembro de 2011) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.316.219 em 30 de junho de 2012 e R\$1.198.483 em 31 de dezembro de 2011). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 6.634 e €32.161 a pagar em 30 de junho de 2012 e US\$13.917 e €17.818 a pagar em 31 de dezembro de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

Notas Explicativas

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. A TJLP foi reduzida para 5,5% a.a. a partir de julho de 2012.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$2.058.020 (R\$2.862.938 em 31 de dezembro de 2011), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e a Vivo possuíam contratos de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que devem ser apuradas semestral e anualmente e que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas e todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 1ª e 4ª emissão da Vivo Part., assumidas pela Companhia em 19 de agosto e 28 de setembro 2011, respectivamente, possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos e todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 17, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

Notas Explicativas

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de junho de 2012, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia e suas controladas mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de junho de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo. Conforme as regras de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados para essas coberturas contábeis é reconhecida no patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2012, a Vivo possuía um *swap* cambial no montante de US\$102.573 mil designado como *hedge* de fluxo de caixa, cuja variação acumulada do valor justo, reconhecida no patrimônio líquido, era de R\$1.298.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um *swap* pela Vivo Part., o qual está indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série da 4ª emissão de debêntures à variação do índice IPCA. Em sua contratação este *swap* foi reconhecido como *hedge* de valor justo.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Indexador	Consolidado				Efeito acumulado	
		Valor de referência (nocional)		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
		30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
<u>Moeda estrangeira (a)</u>							
		1.103.221	1.106.438	1.358.075	1.248.514	257.850	212.262
Citibank	USD	181.230	187.845	209.930	199.872	37.363	32.219
Votorantim	USD	10.558	13.434	12.190	14.028	-	-
Banco do Brasil	USD	258.900	258.900	313.181	282.205	37.419	19.629
Bradesco	USD	189.730	196.728	243.569	231.391	49.806	43.137
Itaú	USD	19.596	6.324	19.148	6.371	-	57
JP Morgan	USD	443.207	443.207	560.057	514.647	133.262	117.220
<u>Moeda estrangeira (b)</u>							
		79.593	44.098	80.701	43.059	1.201	-
Bradesco	EUR	17.765	13.828	17.459	13.773	-	-
Itaú	EUR	-	30.270	-	29.286	-	-
Santander	EUR	61.828	-	63.242	-	1.201	-
<u>Índices de inflação</u>							
		72.000	72.000	95.149	87.390	17.692	15.513
Bradesco	IPCA	72.000	72.000	95.149	87.390	17.692	15.513
<u>Taxa pós (c)</u>							
		16.407	4.644	16.445	4.638	283	-
Bradesco	CDI	8.929	896	8.976	899	283	-
Itaú	CDI	-	3.748	-	3.739	-	-
Santander	CDI	7.478	-	7.469	-	-	-
Ponta Passiva							
<u>Taxa pós (a)</u>							
		(1.182.814)	(1.150.536)	(1.243.114)	(1.204.745)	(63.386)	(125.435)
Citibank	CDI	(181.230)	(187.845)	(180.153)	(186.324)	(7.585)	(18.672)
Votorantim	CDI	(10.558)	(13.434)	(28.066)	(34.139)	(15.875)	(20.111)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(275.762)	(262.576)	-	-
Santander	CDI	(61.828)	-	(62.057)	-	(16)	-
Bradesco	CDI	(207.495)	(210.556)	(225.242)	(230.901)	(14.020)	(28.874)
Itaú	CDI	(19.596)	(36.594)	(19.619)	(36.753)	(470)	(1.153)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(452.215)	(454.052)	(25.420)	(56.625)
<u>Taxa pós (b)</u>							
		(72.000)	(72.000)	(79.024)	(75.926)	(1.567)	(4.049)
Bradesco	IPCA	(72.000)	(72.000)	(79.024)	(75.926)	(1.567)	(4.049)
<u>Moeda estrangeira (c)</u>							
		(16.407)	(4.644)	(16.173)	(4.685)	(11)	(47)
Bradesco	USD	(8.929)	(896)	(8.693)	(937)	-	(38)
Itaú	USD	-	(3.748)	-	(3.748)	-	(9)
Santander	USD	(7.478)	-	(7.480)	-	(11)	-
						277.026	227.775
						(64.964)	(129.531)
						212.062	98.244

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.328.029) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.316.219)

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$94.575 – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 28 de agosto de 2012, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$13.410 em dólar e R\$81.845 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$95.149) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$95.149).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de junho de 2012:

Notas Explicativas

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 30.06.12
	2012	2013	2014	2015 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(14.466)	15.123	18.422	176.586	195.665
VOTORANTIM	(4.334)	(7.933)	(3.608)	-	(15.875)
BRABESCO	(2.203)	(3.224)	(2.111)	43.324	35.786
JP MORGAN	(6.776)	(7.529)	(11.115)	133.262	107.842
SANTANDER	1.185	-	-	-	1.185
BANCO DO BRASIL	-	37.419	-	-	37.419
CITIBANK	(1.868)	(3.610)	35.256	-	29.778
ITAÚ	(470)	-	-	-	(470)
CDI x Moeda Estrangeira	272	-	-	-	272
BRABESCO	283	-	-	-	283
SANTANDER	(11)	-	-	-	(11)
IPCA x CDI	(1.567)	17	17.675	-	16.125
ITAÚ	(1.567)	17	17.675	-	16.125
Total	(15.761)	15.140	36.097	176.586	212.062

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, as operações de derivativos geraram um resultado positivo consolidado de R\$90.370 (um resultado negativo de R\$104.103 em 30 de junho de 2011), conforme nota 28.

Em 30 de junho de 2012 temos o saldo de R\$277.026 registrado no ativo e o saldo de R\$64.964 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia e consolidado, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	325.371	408.707	492.903
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(325.370)	(408.706)	(492.902)
	Exposição Líquida	1	1	1
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco aumento EUR)	17.459	21.823	26.187
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco queda EUR)	(18.591)	(23.239)	(27.886)
	Exposição Líquida	(1.132)	(1.416)	(1.699)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	20.484	25.615	43.789
Contas a pagar em USD	Dívida (Risco aumento USD)	(19.954)	(24.943)	(42.971)
	Exposição Líquida	530	672	818
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	95.149	94.266	96.225
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(95.149)	(94.266)	(96.225)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(420.795)	(431.988)	(443.245)
	Exposição líquida	(420.795)	(431.988)	(443.245)
Exposição líquida total em cada cenário		(421.396)	(432.731)	(444.125)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(11.335)	(22.729)

Notas Explicativas

Consolidado

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	1.095.358	1.388.602	1.690.222
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(1.095.593)	(1.388.896)	(1.690.574)
	Exposição Líquida	(235)	(294)	(352)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco aumento EUR)	80.701	100.878	121.050
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco queda EUR)	(81.845)	(102.306)	(122.767)
	Exposição Líquida	(1.144)	(1.428)	(1.717)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	13.874	17.302	33.813
Contas a pagar em USD	Dívida (Risco aumento USD)	(13.410)	(16.762)	(33.154)
	Exposição Líquida	464	540	659
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	232.645	300.857	373.730
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco aumento UMBNDES)	(232.607)	(300.504)	(373.333)
	Exposição Líquida	38	353	397
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	95.149	94.266	96.225
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(95.149)	(94.266)	(96.225)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.305.691)	(1.362.721)	(1.419.152)
	Exposição Líquida	(1.305.691)	(1.362.721)	(1.419.152)
Exposição líquida total em cada cenário		<u>(1.306.568)</u>	<u>(1.363.550)</u>	<u>(1.420.165)</u>
Efeito líquido na variação do valor justo atual		<u>-</u>	<u>(56.982)</u>	<u>(113.597)</u>

Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
USD	2,0213	2,5266	3,0320
EUR	2,5448	3,1810	3,8172
IPCA	5,02%	6,28%	7,53%
UMBNDDES	0,0397	0,0497	0,0596
CDI	8,36%	10,45%	12,54%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2012, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

4ª Emissão de Debêntures

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, programada para ocorrer em 15 de outubro de 2012.

Notas Explicativas

Nova Emissão de Debêntures

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TELEFÔNICA BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2011, obtidas das Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 26 de julho de 2011 e 14 de fevereiro de 2012, respectivamente, sem qualquer modificação.

São Paulo, 24 de julho de 2012.

DIRECTA AUDITORES
CRC N° 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC N° 1SP106895/O-1 "S"